

A EVOLUÇÃO DA CULTURA DO CAFÉ E DA CANA DE AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE FRANCA: um estudo entre os anos de 1997 a 2010LESSA, Márcio Benevides (Uni-FACEF)
SILVA, Jordânio Batista Maia da (Uni-FACEF)**RESUMO**

A partir de uma análise dos ciclos econômicos, o trabalho se desenvolve mostrando como a agricultura foi de grande importância para a economia brasileira. Será dada uma atenção na história da cana de açúcar e do café para entender como que esses foram descobertos e como que chegaram até o Brasil percorrendo uma grande área do território brasileiro até chegar ao estado de São Paulo. Para entender a força dessas duas culturas agrícolas, será mostrando como o PIB é formado e a importância da cana de açúcar e do café nessa formação, que desde o seu descobrimento até os dias atuais a agricultura tem grande participação na composição do PIB brasileiro. O trabalho contara a história da formação da cidade de Franca, a importância do café para a cidade e depois a chegada da indústria couro calçadista. Chegando no ponto onde se é feito uma análise da economia francana, atribuindo valores ao PIB francano e a importância da cana de açúcar e do café para a cidade.

Palavras-Chave: Ciclos econômicos, cana de açúcar, café, setor agrícola, economia de Franca.

ABSTRACT

Since an economic cycle's analysis, the work develops indicating as the agriculture has a big importance to Brazilian economy. Attention will be given on sugar cane and coffee's history to understand how was being discover and how came to Brazil percussing one big area of brazilian's territory until became in São Paulo. To understand the power of these two agricultural culture, to be shown how PIB is formed and the importance of sugar cane and coffee in this formation. Since its discovery until nowadays the agriculture has big participation on the Brazilian PIB composition. The work will relate the history of Franca's formation the coffee's importance to the town and then coming of the footwear leather industry. Coming on the point where is doing an analysis of francana's economics, attributing values to francano PIB and the sugar cane and coffee importance for town.

Keywords: Economic cycles, sugar cane, coffee, agricultural sector, Franca economy.

SIGLAS

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IEA: Instituto de Economia Agrícola.

PIB: Produto Interno Bruto.

PNB: Produto Nacional Bruto.

SEADE: Sistema Estadual de Análise de Dados.

SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática.

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos a agricultura foi o chamado carro chefe da economia brasileira. Apesar de ter perdido um pouco da sua força, a agricultura ainda tem grande importância na sua economia.

Desde o descobrimento do Brasil a agricultura vem configurando uma boa parte da formação da economia do Brasil. No começo da colonização configurou os chamados ciclos econômicos. Começando com o ciclo do Pau Brasil, depois o da cana de açúcar, até chegar a etapa do ciclo econômico do café e agora voltada parte para a cana de açúcar.

O presente trabalho faz um breve resumo desses ciclos econômicos, onde mostrara a sua importância nos períodos onde foi o ciclo de vida de cada um.

Após a abordagem dos ciclos econômicos, temos um breve histórico da cana de açúcar no mundo e no Brasil, mostrando sua participação na história. A história do café vem logo depois, mostrando sua descoberta e importância pelo mundo todo e depois no Brasil.

Teremos uma abordagem de como o PIB brasileiro é composto, a análise aqui feita do PIB, será do PIB real, mostrando a participação da agricultura em especial a cana e o café. Logo após demonstrar como o PIB brasileiro é formado, tem-se a história da formação econômica da cidade de Franca, passando pela agricultura até chegar a indústria coureiro-calçadista, terminando o trabalho com uma análise do PIB na cidade de Franca e mostrando a relação entre a cana de açúcar e o café e analisando sua participação na economia francana.

Franca teve sua formação econômica e social, através da agricultura. Essa, durante muitos anos foi o motor da economia francana, até a indústria coureiro-calçadista começar a configurar o motor da economia francana.

Por possuir boas condições climáticas e por ter solo fértil, a lavoura cafeeira toma conta da configuração agrícola da cidade.

Um estudo realizado pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola) órgão vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, no ano de 2009, publicado pelo jornal Folha de São Paulo em 18/10/2009, mostra que as fazendas da alta mogiana,

incluindo a cidade de Franca, têm grande vantagem para o cultivo do café, tornando a produção mais viável nessa região.

Porém com o passar dos anos, é visível a mudança na configuração agrícola da cidade. Em muitas fazendas é plantado, no lugar do café, a cana de açúcar, para a fabricação do açúcar e do álcool.

O objetivo dessa pesquisa é identificar e analisar as mudanças ocorridas na cultura do café com a vinda da cana de açúcar e analisar se algum benefício a cana de açúcar trouxe para a zona rural da cidade de Franca.

A metodologia a ser utilizada para a realização dessa pesquisa será de caráter bibliográfico e serão usados o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento estatístico.

Foi feito o levantamento da bibliografia teórica e será lida a mesma, para compreender a evolução das variáveis do tema e como os autores as explicam.

E com o método dedutivo que é o conhecimento geral das variáveis do tema, será analisado o caso particular da temática da pesquisa a ser feita para ver como as variáveis estão evoluindo.

A pesquisa empírica teve como período a ser analisado os anos de 1997 a 2010, será feita com levantamento de dados estatísticos de fontes secundárias, essas fontes serão os sites do IBGE e da Fundação SEADE, e a partir desses dados será usado o método estatístico para analisar as possíveis relações das culturas agrícolas a serem pesquisadas.

A partir desses dados pode se chegar a alguma conclusão e fazer a análise de como a cana de açúcar influenciou na cultura cafeeira na região de Franca.

1 SÍNTESE DA FORMAÇÃO ECONÔMICA INICIAL BRASILEIRA

Para entender melhor a formação econômica do Brasil, primeiro é necessário se destacar alguns fatores que levaram a descoberta do Brasil e como os países europeus estavam no momento das descobertas. Albuquerque (1977, p.11) relata que *“o Brasil se incorporou na civilização europeia através da expansão de grande alcance das conquistas portuguesas”*.

No século XV, Portugal vivenciou conflitos armados contra as invasões mulçumanas, que tomaram as rotas que traziam as especiarias da Índia, dificultando desta forma, a obtenção de especiarias voltadas ao comércio internacional com os outros países europeus. Durante este período, Portugal, assim como a Espanha, precisavam encontrar outros caminhos que os levasse às Índias. Por estar em melhor posição geográfica, Portugal se lança às navegações marítimas e conquista Ceuta, contornando as costas da África, no ano de 1415. Começando a conquista pelos mares a partir de Ceuta, Portugal em seguida começa a navegar por todo o oceano e, no de 1500, o Brasil foi descoberto por Cabral.

Quando o Brasil foi descoberto, Portugal, a priori, tinha apenas um interesse, que era o comércio das especiarias trazidas das Índias e, durante 30 anos, o Brasil teve apenas o pau-brasil como produto a ser explorado e comercializado por Portugal.

Desde a sua descoberta, a economia do Brasil se desenvolveria estruturada por ciclos econômicos. O pau-brasil foi o primeiro ciclo econômico do Brasil, que posteriormente se destacara outros ciclos econômicos como o da cana de açúcar, o do ouro e o ciclo do café, entre outros.

O pau-brasil era usado como matéria prima, na atividade de tecelagem, como corante para tingir tecidos. Além disso, a sua madeira era usada em algumas construções em Portugal. No aspecto político-legal, para se extrair o pau-brasil era necessário conquistar a concessão da coroa real portuguesa, para depois começar a atividade extrativista. Esta atividade era predatória e a mão de obra usada era a indígena, onde, através do escambo, que era a troca das árvores do pau-brasil por objetos de pouco valor para os portugueses, porém de um grande valor para os

indígenas, como tecidos de baixa qualidade, espelhos, artefatos de metal, entre outros.

A exploração do pau-brasil, por ser uma atividade predatória, fez com que se esgotassem as reservas das árvores de pau-brasil do litoral brasileiro, em poucos anos de atividade exploratória.

Essa atividade econômica fez com que se criassem alguns povoados na costa brasileira. Porém, esses povoados não foram capazes de assegurar o território brasileiro a Portugal. Após o ano de 1530, por causa das crescentes invasões ao território brasileiro, Portugal se viu obrigado a colonizar o Brasil para não perde-lo. A metrópole portuguesa decide, então, dividir o território brasileiro em quinze capitânicas hereditárias sendo doadas a doze capitães donatários. Deste total, apenas duas prosperaram, sendo elas a capitania hereditária de Pernambuco e a capitania hereditária de São Vicente.

Albuquerque (1977, p. 3) enfatiza o conceito *“da teoria do produto principal que está no efeito-difusão do setor de exportação, isto é, no impacto da atividade exportadora sobre a economia e a sociedade”*. É nesse conceito que o presente trabalho ira seguir para a apresentação do produto principal para a economia brasileira. Desde a extração do pau-brasil essa teoria pode se valer para o Brasil, pois somente um produto movimentava a economia do Brasil, ou detinha grande importância na pauta das exportações, sendo considerado o produto principal dentro de um ciclo ou atividade econômica.

Por razões climáticas e pelo vasto território que o Brasil possuía aliado ao valor no mercado internacional, uma nova atividade se destaca na colonização brasileira - o cultivo da cana de açúcar para se fabricar o açúcar.

Portugal já conhecia as técnicas para se fabricar o açúcar, pois já usava a técnica em algumas ilhas do Atlântico e o produto possuía grande aceitação no mercado europeu.

A cana de açúcar foi trazida para o Brasil no começo da colonização. E exigia grandes áreas para ser cultivadas e, também, um vultoso capital para ser investido – para se construir várias instalações, ou seja o ativo produtivo - além de um contingente expressivo de mão de obra que, no começo do ciclo da produção açucareira foi usado os escravos indígenas, mas por inúmeros fatores não surtiu

efeito desejado, sendo substituído por um grande número de escravos de escravos de origem africana.

A mão de obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada. É quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e mais capitalizado (FURTADO, 2000, p.46).

Como já observado, na instalação dos engenhos de cana de açúcar foi utilizada a mão de obra indígena, porém, essa mão de obra era considerada de má qualidade, pois por fatores culturais onde só as mulheres indígenas trabalhavam no cultivo e preparo da terra, os índios do sexo masculino não se adaptaram ao trabalho nas lavouras de cana de açúcar. Também não fazia parte da cultura indígena a produção baseada em excedentes produtivos, pois eles consideravam que a mãe natureza prove em quantidades ideais, não sendo permitido retirar além da capacidade de consumo.

Portugal conhecia a maneira de se fabricar o açúcar, porém não tinha capitais e um sistema de logística propício para distribuir o açúcar na Europa, então, teve que buscar por um aliado que dispunha de capital para se investir, além de poder transportar e melhor distribuir o açúcar na Europa. Esse aliado acabou sendo a Holanda, uma vez que contemplava os requisitos necessários à produção açucareira brasileira.

Segundo Caio Prado (1987), durante o período (1580 a 1640) que Portugal esteve sobre o domínio espanhol, a Espanha expulsa os holandeses do Brasil, pois a Holanda foi colônia da Espanha e as relações dos dois países não era amigável. Por causa do período que a Holanda esteve no Brasil como aliado de Portugal na produção do açúcar, ela passa também a conhecer como fabricava o açúcar e após serem expulsos pela Espanha, eles se instalam nas Antilhas levando consigo mudas de cana-de-açúcar, o conhecimento para fabricar e distribuir o açúcar na Europa e o capital para a instalação dos engenhos nas Antilhas.

Após o período de instalação dos engenhos nas Antilhas, a produção de açúcar começa a se ampliar, foi quando o açúcar do Brasil começa a sofrer uma forte concorrência fazendo com que os preços do produto em questão começassem

a cair. Neste período, o açúcar, que representava maior parte da exportação brasileira, começa a entrar em crise.

Durante o ciclo da cana de açúcar surge paralelamente a atividade da pecuária no Brasil, conforme salienta Caio Prado (1987), pois os engenhos de açúcar precisavam de tração e a carne era usada como alimento. Seguindo o conceito do produto principal no qual já foi abordado anteriormente, não será abordado de forma detalhada essa atividade em razão de não se caracterizar como uma atividade econômica de grande importância para as exportações, uma vez que a sua produção limitava-se ao consumo interno.

Com a crise do açúcar e com o aumento do território brasileiro, várias expedições foram organizadas para explorar o território brasileiro. Muitas expedições foram feitas ainda no auge da produção açucareira visando encontrar o tão sonhado metal precioso, o ouro. Somente com o sucesso dos bandeirantes paulistas, cujo objetivo principal era a captura dos índios, foi que se encontrou ouro no território brasileiro, conforme relata Caio Prado (1987).

Segundo o mesmo autor no século XVII foi encontrado ouro no Brasil. De início, foi encontrado ouro em outras regiões do Brasil, porém, a que mais chama a atenção pela quantidade e pela facilidade de extração foi a de Minas Gerais. O ouro encontrado em Minas Gerais era o chamado ouro de aluvião, que era fácil de ser explorado, pois o ouro estava espalhado no leito dos rios. No período de exploração ocorre várias mudanças no cenário brasileiro.

Caio Prado (1987) também resalta que uma das mudanças ocorrida no século XVIII foi a chamada corrida do ouro, onde houve uma grande imigração de pessoas em direção as regiões auríferas. Vários portugueses vieram para o Brasil em busca da riqueza que as minas de ouro proporcionavam, ocorrendo ai o povoamento do interior brasileiro.

Como o ouro, no começo de sua exploração, era de fácil acesso, o governo português imaginando que existia uma grande quantidade de ouro, que realmente tinha, porém, como enfatiza Magalhães (1991, p.206): *“o Brasil transforma-se no maior produtor mundial do metal”*, contudo segundo o mesmo autor, *“o ouro que tinha no Brasil por não ser de fácil exploração se tem um declínio acentuado na produção de ouro após quase seis décadas do começo da*

exploração”. Cabe lembrar que o governo português tinha criado as casas de fundição onde todo o ouro tinha que ir para essas casas para ser fundido e ser retirado o quinto, um imposto no qual se era retirado um quinto de todo o ouro extraído. Logo se cria uma legislação para a exploração do ouro a fim de receber ainda mais com a exploração do ouro e evitar contrabando.

Em geral, a legislação econômica do século XVIII no Brasil poderia ser classificada sob dois títulos principais: legislação alocativa, por cujo intermédio do governo procurava suprir a liberdade econômica e tentava dirigir a alocação interna de recursos e a legislação extrativa, segundo o qual, buscando arrecadar tantos impostos quanto fosse possível o governo criou uma aparelhagem enorme para evitar a evasão tributária (ALBUQUERQUE, 1977, p.49).

Um dos traços positivos do século XVIII foi que o ciclo do ouro abriu caminho para outro produto que durante muito tempo teve uma grande importância para a economia brasileira, o café. Pois, durante este período, muitas pessoas conseguiram acumular capital para começar a produção do café. Porém, o ciclo do café brasileiro será abordado em outro momento.

Segundo Simonsen (1957), com o declínio do ciclo do ouro, e a diminuição da quantidade recebida nos impostos, o governo português cria a finta, que era uma quantia fixa de 100 arrobas anuais - o que equivale a 1500 quilos de ouro - mas como o ouro já estava se esgotando, no ano de 1765, houve um movimento denominado derrama, onde toda a população tinha que contribuir para ser pago a finta. É preciso destacar também que o ouro extraído no Brasil não ficava em Portugal.

Ora, o ouro do Brasil não ficava em Portugal em pagamento de seus vinhos, nem nas reservas do erário real que, sem saldos-efetivos, não poderia retê-lo, atravessava o país em demanda da Inglaterra, em pagamento da balança de comércio, inteiramente favorável a esta nação. Estimulando o trabalho inglês, remunerando melhor as suas mercadorias, concorreu para o progresso efetivo daquele povo, muito mais do que para o enriquecimento de Portugal (SIMONSEN, 1957, p.267).

Conforme relata Furtado (2000), com o declínio da produção do ouro e com o renascimento da agricultura, porém, com os produtos básicos da economia

brasileira como o açúcar, o algodão e o fumo que por muito tempo ditou as exportações brasileiras e agora estava em baixa, era preciso encontrar um novo produto para suprir as exportações e alavancar o crescimento econômico do país.

Furtado (2000, p.117) relata que: *“o problema brasileiro consistia em encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra. Com efeito, a terra, era o único fator de produção abundante do país”*.

Contudo, como algumas famílias tinham acumulado capitais na época da mineração, esses capitais foram usados para a produção deste outro produto que viria a ser o produto com maior representatividade nas exportações brasileiras.

O café, conforme Albuquerque (1977), que foi trazido para o Brasil no século XVIII, passou a ser cultivado em várias regiões do todo Brasil. Ganhou força no século XIX, devido à alta dos preços e do aumento do seu consumo no mercado internacional, em função de problemas de desorganização, com seu maior produtor da época - o Haiti.

O fato, porém, é que o café adquiriu tal importância na economia brasileira que foi capaz de levar o país para uma nova trilha de crescimento econômico – o de um processo autossustentado, gerando efeitos-difusão para frente e para trás, bem como a uma economia nacional integrada (ALBUQUERQUE, 1977, p.68).

A produção de café brasileira, no início do seu ciclo, pode crescer e se expandir, devido às grandes extensões de terras propícias ao seu cultivo - principalmente na região Sudeste do Brasil, pelo capital acumulado proveniente da atividade de mineração e, também, pela mão de obra escrava existente nesta fase. Caio Prado (1987, p. 160) ressalta que: *“o café que teve a produção de destaque no centro sul, por muito tempo foi desprezado por causa do açúcar.”* Foi só depois do declínio do açúcar que o café ganha força no centro sul. O café teve o seu ponto de partida no norte, mas devido o clima veio para as regiões sudeste do Brasil, onde encontrou um lugar propício perto do litoral, próximo a cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, no século XIX, o café passa a ser cultivado mais no interior do centro sul, atingindo os Estados de São Paulo, Minas Gerais e o norte do Paraná.

Logo após o café ganhar força, como sendo o principal produto exportável brasileiro, as lavouras de café iriam enfrentar o seu principal problema da

época: a falta de mão de obra. Como na primeira fase da expansão cafeeira a mão de obra utilizada era a escrava, como alguns produtores ainda tinham escravos, pois estava proibido o tráfico, a população de escravos negros no Brasil era pequena, devido aos maus tratos sofridos na mineração, muitos escravos que viviam no Brasil morreram, e com as lavouras de café expandindo, logo veio a faltar mão de obra.

No caso do brasileiro, o crescimento era puramente em extensão. Consistia em ampliar a utilização do fator disponível – a terra – mediante incorporação de mais mão de obra. A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão de obra (FURTADO, 2000, p. 125).

O fator disponível terra existia em abundância no território brasileiro, porém, faltava mão de obra para o trabalho nas culturas cafeeiras. Era preciso substituir a mão de obra escrava e aumentar a mão de obra utilizada nas lavouras de café, para que houvesse um aumento na oferta de café. Foi então, que os proprietários de terras começaram a ficar preocupados com esse problema. Neste período, final do século XIX, começa a vir para o Brasil trabalhar nas lavouras os primeiros imigrantes estrangeiros.

Esses imigrantes vinham da Europa - em especial da Alemanha e Itália; e do Japão – onde se divulgavam o café como sendo o ouro que dava em árvores. Os imigrantes já vinham com o seu trabalho futuro vendido. Eles trabalhavam em um regime de semiescravidão, pois os custos com a viagem eram elevados e os mesmos tinham que pagar por esses custos e, juntando com os custos aqui no Brasil, muitas vezes eles ganhavam somente o que comer. Esse regime de semiescravidão que os imigrantes viviam aqui no Brasil, logo chama a atenção da Europa e com isso mostra que este sistema estava errado.

Após a primeira tentativa de trazer os imigrantes europeus para o Brasil, o governo se vê obrigado a ajudar os fazendeiros a trazer os trabalhadores, foi onde se desenvolveu um sistema onde o governo pagava os custos com a viagem e os fazendeiros tinham que dar suporte no primeiro ano, além de conceder uma pequena área de terra para que estes plantassem alimentos para sua subsistência e a de sua família. Assim, neste sistema, começa a vir em massa, para

o Brasil, o imigrante europeu para o trabalho nas lavouras de café, o que propiciou um acréscimo da produção.

Resolvido o problema da mão de obra os fazendeiros ainda se deparavam com outro problema - o transporte do café até a área litorânea onde seria embarcado. Observa-se, entretanto, que as outras culturas, como a cana de açúcar e o algodão, estavam nas áreas litorâneas e não tinham o problema de transporte. Para suprir este problema começa a se desenvolver as primeiras ferrovias.

Estas duas características da função de produção do café, sua dispersão geográfica e sua necessidade de um sistema eficiente de transporte, foram importantes na construção das ferrovias brasileiras. Na verdade foi o setor cafeeiro que proporcionou a justificação econômica para a sua existência e, com efeito, o transporte do café foi o seu objetivo principal (ALBUQUERQUE, 1977, p. 70).

Após corrigir os problemas relacionados à mão de obra e transporte a oferta de café aumenta impulsionada pelo preço. Como todo produto tem sua ascensão e sua crise, não demorou para que o café começasse a sofrer os seus primeiros impactos negativos.

O primeiro impacto, segundo Furtado (2000), que a economia cafeeira enfrentou foi relacionado à oferta crescente. Devido à utilização plena dos fatores de produção, principalmente a terra e a mão de obra, a produção de café a cada ano, no final do século XIX e início do século XX, passou a aumentar. Porém, a demanda por café não aumentava na mesma proporção que a oferta, nem no mercado externo, tão pouco no mercado interno, resultando em estoques crescentes do produto.

Segundo Furtado (2000), com os estoques de café crescendo ano a ano, o governo tem que intervir no setor, comprando o excedente e desestimulando o plantio de novas lavouras. A medida adotada pelo governo não surtiu o efeito almejado, pois os níveis de preço do café ainda eram compensadores para se investir na cultura. Como os detentores do capital, neste período, não têm outras atividades produtivas atraentes para fazer a inversão deste capital, então os proprietários de terra continuam a plantar café, e ao passar de algum tempo as

reservas de dinheiro acumuladas pelo governo veio a acabar, fazendo com que o governo não tivesse mais com que comprar o excedente de café colhido.

No final da década de 20, do século XX, os estoques de café eram elevados, de forma que o mercado consumidor, tanto externo quanto interno, não absorvia e o governo não possuía recursos disponíveis suficientes para comprá-lo. No final do ano de 1929, estoura a grande crise no setor cafeeiro, que iria se estender por vários anos seguintes. Sem ter para quem vender os estoques já existentes a solução que parecia a mais viável era abandonar os cafezais, porém Furtado ensina que:

A solução que à primeira vista parecia a mais racional consistia em abandonar os cafezais. Entretanto, o problema consistia menos em saber o que fazer com o café do que decidir quem pagaria pela perda. Colhido ou não o café, a perda existia. Abandonar os cafezais sem dar nenhuma indenização aos produtores significava fazer recair sobre estes a perda maior (FURTADO, 2000, p. 199).

Mesmo que os cafezais fossem abandonados, teria um custo, pois a inversão de capital nas lavouras de café já tinha sido feita. A política adotada pelo governo brasileiro foi a de comprar o excedente de café e destruí-lo, para que não fosse perdido o capital investido e para que o preço do café não sofresse uma redução ainda maior. Os preços do café passam os anos de 1930 sem que haja mudança na maneira com que começou.

A derrocada cafeeira existente nesse período sinaliza como o *start* para o início do processo de industrialização brasileira, iniciada na década de 30, do século XX.

2 A CULTURA DA CANA DE AÇÚCAR E DO CAFÉ NO BRASIL

A cana de açúcar é um produto com cultivo milenar, observado na história das civilizações. Magalhães Filho avalia que:

[...] seu cultivo já era comum na Índia há mais de 2000 anos, sendo já utilizado para a fabricação do açúcar. Por meio de comerciantes árabes o açúcar chegou ao mediterrâneo em torno do século VII, havendo registro de importações de açúcar por Veneza que datam de 996 (MAGALHÃES FILHO, 1991, p. 88).

Conforme pode se observar na obra do autor, acima citado, a Índia já conhecia a cana de açúcar há cerca de 2000 anos, bem como o seu cultivo e a fabricação do açúcar. O açúcar, no seu começo, era visto como uma especiaria muito valiosa e, como a Índia era o seu único fabricante, sua oferta era pouca e, com isso o seu preço era elevado.

Com os atrativos que o açúcar mostrava, estimulavam-se outros países com possibilidade de produção, para que procurassem uma maneira de começar a produzir o açúcar. Foi quando Portugal com sua descoberta das ilhas de Madeira e dos Açores, no século XIV, passa a cultivar a cana e a fabricar o açúcar nessas ilhas, exportando açúcar a todo mundo, conforme salienta Prado Júnior (1987).

Com a descoberta do Brasil, em 1500, era preciso encontrar alguma maneira de assegurar o território. Foi então, que entra a cana de açúcar na formação econômica do Brasil, pois o país dispunha de clima propício além da grande extensão de terra para o cultivo da cana.

2.1 A CANA DE AÇÚCAR NO BRASIL

Com o descobrimento do território brasileiro, Portugal se viu obrigado a colonizar esse território ou poderia perdê-lo para outros países da Europa, como Espanha, Inglaterra e Holanda. Esse território descoberto tinha algumas particularidades na qual fazia fomentar um negócio altamente rentável para a metrópole portuguesa, na época: o açúcar.

Como destaca Caio Prado Junior:

A perspectiva principal do negócio está na cultura da cana de açúcar. Tratava-se de um produto de grande valor comercial na Europa. Forneciam-no, mas em pequena quantidade, a Sicília, as ilhas do Atlântico ocupadas e exploradas pelos portugueses desde o século anterior (Madeira e Cabo Verde), e o Oriente onde chegava por intermédio dos árabes e dos traficantes italianos do mediterrâneo. O volume deste fornecimento era com tudo tão reduzido que o açúcar se vendia em boticas, pesado aos gramas (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 32).

O fomento que as terras brasileiras tinham para atrair a produção açucareira era: o solo fértil, o clima propício para o cultivo e a grande extensão de terra. Essa atividade econômica, precisava de uma grande extensão de terra para o cultivo, pois a cultura da cana era viavelmente econômica, para grandes plantações e a instalação de um complexo açucareiro, caracterizado pelos latifúndios que se formaram na época, no qual como relata Prado Júnior (1987) o engenho vem a ser:

[...] um estabelecimento complexo, compreendendo numerosas construções e aparelhos mecânicos: moenda (onde a cana é espremida); caldeira, que fornecia o calor necessário ao processo de purificação do caldo; casa de purgar, onde se completa essa purificação. Além de outras, o que todas as propriedades possuem é, em regra, a casa grande, a habitação do senhor; a senzala dos escravos; e instalações acessórias ou suntuárias: oficinas, estrebarias, etc. Suas terras, além dos canaviais, são reservadas para outros fins: pastagens para animais de trabalho; culturas alimentares para o pessoal numerosos; matas para o fornecimento de lenha e madeira de construção. A grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 38).

Compreendido o que era preciso para se formar um engenho e começar a produção do açúcar, Portugal sabia que o Brasil era um lugar no qual quase todos os requisitos estavam presentes. O primeiro problema, que os engenhos brasileiros enfrentaram, foi o financiamento para a construção das instalações.

Furtado enfatiza que:

A contribuição dos flamengos – particularmente dos holandeses – para a grande expansão do mercado do açúcar, na segunda metade do século XVI, constitui um fator fundamental do êxito da colonização do Brasil... Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto.

Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como na importação da mão de obra escrava (FURTADO, 2000, p. 8).

Conforme Furtado (2000), depois de montadas as instalações produtivas, os engenhos encontraram outro problema, desta vez, relacionado à mão-de-obra. Era preciso de uma grande contingente de trabalhadores para se trabalhar nos engenhos de açúcar e Portugal sofria com a falta de mão de obra. Para conseguir trabalhadores de outras partes da Europa era preciso remunerá-los com um salário acima do que era pago e, isso, por sua vez, tornava a produção açucareira inviável. No início do processo produtivo deste ciclo econômico, o problema da escassez da mão de obra foi solucionado com o trabalho dos escravos indígenas. Porém, os índios não estavam acostumados ao trabalho na agricultura, por isso entram na história do Brasil os escravos negros africanos.

Para Furtado:

A mão de obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada. É quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos mais eficientes e mais densamente capitalizados (FURTADO, 2000, p. 46).

O tráfico de escravos africanos veio suprir as necessidades de mão de obra, que os engenhos açucareiros brasileiros necessitavam.

Supridas as necessidades de capital para financiar as instalações dos engenhos açucareiros e a mão de obra para o trabalho nos engenhos, começa a produção em grande escala de açúcar no Brasil, ainda no século XVI. A venda do açúcar na Europa era feito com a ajuda dos holandeses e, em pouco tempo, o Brasil tornou o maior produtor de açúcar no mundo.

Um fato de grande importância veio mudar a história do açúcar no Brasil, conforme relatado no capítulo anterior. Os holandeses, durante todo o período no qual permaneceram no Brasil, aprenderam as técnicas de fabricação do açúcar e eles tinham capitais e também conhecimento para sua distribuição na Europa. No período em que Portugal esteve sobre o domínio espanhol, os holandeses vieram para o Brasil, posteriormente com os desentendimentos entre colonos e Cia de comércio foram expulsos, fazendo com que estes instalassem

engenhos de açúcar nas Antilhas. Neste período o maior produtor de açúcar que era o Brasil, terá um concorrente muito forte que é o açúcar fabricado nas Antilhas.

Com a introdução dos engenhos e com a venda do açúcar das Antilhas, o açúcar brasileiro passa a sofrer forte concorrência e vê os preços declinarem. Esse é o fim do monopólio do açúcar no qual o Brasil se viu durante muito tempo.

2.2 A CANA DE AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO

O açúcar que durante muito tempo foi o produto exportado pelo Brasil, por vários anos não foi dado importância no estado de São Paulo. Bahia e Pernambuco possuíam alguns fatores que fazia com que eles possuíssem vantagens para a produção do açúcar.

Caio Prado Júnior fala que:

Para o sul, finalmente, a produção de açúcar concentrar-se-á na vizinhança do Rio de Janeiro e em São Vicente. Também estes centros, devido sobre tudo a sua posição excêntrica e o afastamento dos mercados europeus onde se consumia o açúcar brasileiro, não gozarão nesta primeira fase da história brasileira de grande prosperidade. Até o século XVIII permanecerão num apagado segundo plano (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 39).

O estado de São Paulo possuía alguma plantação de cana, porém essa atividade não era o que movia a economia do estado. Para Maria Thereza Schorer Petrone(1968, p. 9-10), “somente a partir do momento em que o interior de São Paulo se tornou produtor de quantidade suficiente, o açúcar paulista apareceu outra vez como produto importante exportado pela capitania.”

Petrone relata, ainda, em seu livro que: “durante muitos anos a cana não desaparecera de toda a capitania”, somente com Morgado de Mateus (1765 – 1775) que o açúcar começou a visar o mercado internacional.

Segundo Petrone, no fim do século XVIII e meados do século XIX, a produção de açúcar no estado de São Paulo se encontra, no litoral, na região do caminho do Rio de Janeiro e em Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí,

chamado quadrilátero do açúcar, este com maior importância para a produção de açúcar no estado.

2.3 O CAFÉ: BREVE HISTÓRICO NO MUNDO

O café, que hoje muitas pessoas o conhecem, teve sua descoberta e utilização inicial atribuída a países africanos, especialmente a Etiópia como diz Motta Sobrinho:

O cafezeiro, denominação de nossos avós para a planta do café, cafeeiro, como dizemos nós, crescia espontâneo e sem necessidade de plantio, entre os etíopes e abissínios de priscas eras. Seu fruto, tal qual se verifica com o guaraná, entre nativos do Brasil, era aproveitado, por aqueles povos africanos para beberagens, desde tempos remotos (MOTTA SOBRINHO, s/d, p.9).

Alguns autores enfatizam que o café era conhecido desde muitos anos e que tem até citação na Bíblia, pois uma passagem diz: “*vieram trazer-lhe grão torrado*” (2 Samuel, capítulo 17 versículo 28), acreditasse que esse grão torrado venha a ser o café. Alguns cientistas dizem que o café é nativo de outros países como é relatado por Moreira (2007, p.6): “[...]alguns cientistas apoiados na botânica e na agronomia não excluem a possibilidade da planta ser nativa também de outras regiões do mundo – inclusive no Brasil”.

Se o café é somente nativo de países africanos ou se é nativo de outros países do mundo não é fácil de corroborar, pois não se verifica com facilidade informações desta natureza a seu respeito. Entretanto, o importante é que o café passou por vários países até chegar aos árabes, que o fez o mundo o conhecer e apreciar a bebida que dele se origina.

2.4 O CAFÉ NO BRASIL

Historiadores atribuem a Francisco de Mello Palheta a introdução das primeiras mudas de café no Brasil, no ano de 1722, em Belém do Pará e de lá veio sendo cultivado no litoral até chegar ao litoral do Rio de Janeiro.

Moreira ensina que:

O rápido crescimento demográfico mundial ampliava a demanda por diversos produtos; contudo, nos anos de 1790 dos 125 itens que o Brasil remetia para a metrópole, 75,3% se concentravam em apenas seis: açúcar, 35%; algodão, 24%; couro, 6%; arroz, 4%; fumo, 3,6% e cacau, 2,7%. O sétimo produto da pauta participava com somente 1,8% das exportações: o café (MOREIRA, 2007, p. 19 e 20).

Conforme Moreira (2007), durante algum tempo o café não foi um produto com grande importância nas exportações brasileiras, um dos motivos que o café era pouco cultivado, era que ele é uma cultura permanente no qual leva entre 4 a 5 anos para começar a colher e isso necessita de um investimento muito alto até começar a render com a venda. Foi então que alguns produtos entraram em crise, fazendo com que o café tornasse o produto mais exportado do Brasil.

Referente às crises que os produtos brasileiros enfrentam Celso Furtado salienta que:

[...] o mercado do açúcar tornara-se cada vez menos promissor... A situação do algodão, segundo produto das exportações brasileiras no começo do século, ainda era pior do que a do açúcar... o fumo, os couros, o arroz e o cacau eram produtos menores, cujos mercados não admitiam grandes possibilidades de expansão (FURTADO, 2000, p 177).

Como ressalta Furtado, os produtos que mais se destacavam nas exportações brasileira estavam em declínio. Com isso, um novo produto surge capaz de suprir as exportações e que atendia o fator básico brasileiro que era: quantidade elevada de terra, esse novo produto era o café.

Com o café cada dia mais forte nas exportações, sua primeira expansão foi feita a partir de recursos que foram usados nas regiões mineradoras e que agora não estavam sendo usados.

Silva (1995, p. 43) comenta que: “a partir da década de 1870, e sobre tudo a partir de 1880, quando a produção média anual ultrapassa os 5 milhões de sacas por ano, o café torna-se o centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. “

Após a primeira expansão, no final do século XIX, o café começa a enfrentar o problema que mais atrapalha a sua expansão que era referente à mão de obra.

Com os preços do café em alta e, com a elevada quantidade de terras para ser plantadas em lavouras de café, começa a faltar mão de obra para trabalhar no o cultivo do café, visto que estava proibido o tráfico de escravos africanos e havia um número relativamente baixo de escravos existentes no Brasil. Durante muitos anos o número de escravos que chegou ao Brasil foi muito grande, porém, com uma alta taxa de mortalidade, quando o tráfico foi proibido esse número de escravos era muito baixo.

Furtado afirma que:

No caso brasileiro, o crescimento era puramente em extensão. Consistia em ampliar a utilização do fator disponível – a terra – mediante a incorporação de mais mão de obra. A chave de todo problema econômico estava, portanto, na oferta de mão de obra (FURTADO, 2000, p.125).

Conforme afirma Furtado, sabendo que o problema que mais atrapalha o crescimento das lavouras de café e que a política do governo imperial não contribuía para acabarem com esse problema, os grandes cafeicultores começou a trazer por conta própria trabalhadores para suprir a necessidade de mão de obra. O primeiro a trazer trabalhadores da Europa foi o Senador Vergueiro que, em 1852, trás para sua fazenda em Limeira algumas famílias alemãs e suíças.

No sistema em que o Senador Vergueiro trouxe imigrantes para trabalhar em sua fazenda, o imigrante vendia o seu trabalho. Com o passar do tempo o imigrante trabalhava em uma semiescavidão, pois o valor recebido com o seu salário não dava para cobrir os gastos que eles tinham, fazendo assim, que eles não poderiam abandonar as fazendas.

Chegando ao conhecimento europeu que as famílias que vinham para o Brasil trabalhavam em regime de escravidão, os governos europeus chegam a proibir essa imigração como descreve Prado Júnior:

Desencadeia-se então contra ela forte campanha, e a emigração para o Brasil chega a ser proibida na Alemanha em 1859. A corrente de imigrantes alemães torna-se, depois de 1862, quase que nula; quanto à portuguesa, diminuirá de mais de 50% (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 188).

Mais uma vez o problema da mão de obra voltava a incomodar os cafeicultores, uma vez que a imigração europeia foi proibida.

Com o problema cada vez maior, pois o preço do café a cada dia aumentava no mercado internacional, e pelo incremento nas lavouras brasileiras dessa cultura, o governo brasileiro interveio para incentivar trabalhadores europeus a vir trabalhar nas lavouras de café do Brasil.

Foi então que o governo passou a custear os gastos com o transporte dos trabalhadores e de suas famílias, e os fazendeiros custeavam o primeiro ano dos trabalhadores no Brasil e disponibilizavam terras para as famílias plantarem os víveres de primeira necessidade. Assim foi feita as bases de uma corrente migratória para o Brasil, suprimindo assim a necessidade de mão de obra e tornando possível uma expansão ainda maior da cultura do café no estado de São Paulo.

Suprida à necessidade de mão de obra a cultura do café tem uma grande ascensão. Contudo após anos de alta e com uma produção elevada o preço do café começa a entrar em declínio devido a crises de superprodução.

Prado Júnior comenta que:

Se a larga expansão da produção trouxe para o país riqueza e progresso, não lhe faltou, e muito cedo, a contrapartida da superprodução que acompanhará a vida da economia cafeeira do Brasil desde poucos anos depois do início do seu grande ciclo de crescimento até os dias de hoje (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 228).

Conforme foi abordado no capítulo anterior, o Brasil com excelentes terras e em abundância, e com mão de obra para cultivar as lavouras de café, começa a ser produzido em larga escala. Os preços do café em alta faziam com que

mais pessoas começassem a produzir e com isso a produção foi maior, fazendo com que a produção ficasse estocada.

Nos primeiros anos do declínio dos preços, a desvalorização cambial fez com que não fosse perceptível a queda dos preços, fazendo com que ainda houvesse um incremento nas lavouras de café, agravando ainda mais a situação.

Com a estabilidade cambial, pode se notar a queda dos preços e o quanto iria se perder com essa queda. A solução escolhida pelo governo era a de valorizar o café. O governo comprava parte do café que era produzido, fazendo assim, que houvesse um equilíbrio entre oferta e demanda, fazendo isso com os preços, o produto iria se valorizar. Nota-se que para comprar o excedente da colheita do café, era preciso uma maneira de financiar esse gasto, e o grande problema era conseguir esse financiamento.

Prado Júnior comenta que:

A primeira dificuldade foi obter os recursos necessários. Não se podia contar unicamente para operação de tamanho vulto, com as débeis finanças nacionais; e o apelo ao crédito estrangeiro esbarrou com a recusa dos banqueiros e agentes financeiros do Brasil no exterior a casa ROTCHSCHILD e seu grupo particular (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 231).

Como relata Prado Júnior, outros grupos financeiros decidiram financiar esse gasto do governo brasileiro, e uma empresa exportadora alemã de grande porte faz esse financiamento. A empresa era a THEODOR WILLE & Cia, porém ela pede a seu favor o controle do comércio do café.

Conseguido o financiamento e retirado o excedente de café do mercado, o preço do café fica estável, com um ganho para os produtores. Assim outras inversões financeiras são realizadas para a produção do café.

Celso Furtado ensina que:

O plano de defesa elaborado pelos cafeicultores fora bem concedido. Seu embargo, deixava em aberto um lado do problema. Mantendo-se firmes os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados. E também era óbvio que os negócios do café continuariam atrativos para os capitais que nele se formavam (FURTADO, 2000, p.194).

Com um aumento nas lavouras o problema da superprodução logo volta e a crise na Bolsa de Nova Iorque – outubro de 1929 – foi fatal para o café brasileiro.

Com a crise internacional e com um grande estoque de café, os preços do café chegam a um nível, que a solução que parecia ser a melhor, era abandonar os cafezais, causando com isso um prejuízo muito grande.

O governo mais uma vez tem que retirar do mercado uma grande parcela do café que não foi vendida, para conseguir estabilizar mais uma vez os preços, porém, era preciso de alguma maneira destruir esse café que iria ser retirado do mercado.

Celso Furtado comenta que:

A destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma consequência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender. À primeira vista parece um absurdo colher o produto para destruí-lo (FURTADO, 2000, p. 201).

Conforme o autor, o governo retirando parte da produção e destruindo mantinha o preço a um nível que o produtor não teria prejuízo. Calcula-se que 1/3 da produção foi destruída entre 1931 e 1939.

Durante os anos que o governo destruiu parte da colheita do café, foi criado incondicionalmente um fomento da renda nacional como diz Celso Furtado (2000): *“o que importa ter em conta, é que o valor do produto que se destruída era muito inferior ao montante da renda que se criava”*.

Como relata Celso Furtado (2000), a partir de 1933 a economia brasileira apresenta sinais de recuperação e uma volta à normalidade dos preços do café, porém até o ano de 1939 o governo ainda retira e destrói uma parte da produção. A crise de 1929 que o setor cafeeiro passou fez com que houvesse uma mudança na economia brasileira, fazendo deslocar o centro dinâmico da economia.

2.5 DETERMINAÇÃO DO PRODUTO GLOBAL - A IMPORTÂNCIA DO CAFÉ E DA CANA DE AÇÚCAR NA ECONOMIA BRASILEIRA

Para determinar como o produto global é gerado, Adam Smith na sua mais importante obra, A Riqueza das Nações, descreve sobre a determinação dos preços. Para Smith (1996, p. 87): *“todo homem é rico ou pobre de acordo com o grau em que consegue desfrutar das coisas necessárias, das coisas convenientes e dos prazeres da vida”*, porém como entender essa facilidade ou dificuldade de desfrutar desses bens?

“Essa dificuldade ou facilidade vem através do trabalho, ou melhor, da quantidade de trabalho que é necessário para trocar por esses bens”. (Smith, 1996, p.87)

Smith também faz uma divisão nos preços entre: preço nominal e preço real das mercadorias. Diz ele: “O preço real de cada coisa – ou seja, o que ela custa à pessoa que deseja adquiri-la – o trabalho e o incômodo que custa a sua aquisição [...] e o dinheiro é apenas o preço nominal delas (SMITH, 1996, p.87 e 90).

David Ricardo (1985, p. 189) contextualiza que “o valor depende não da abundância, mais da facilidade ou dificuldade da produção, então o valor das coisas depende da quantidade de trabalho com que elas foram produzidas”.

Como exemplo tem-se a diferença entre o preço de um serviço que leva 4 anos para ser aprendido e um outro que leva apenas alguns dias para ser aprendido. Mas em uma troca, fica difícil determinar uma quantidade exata de algum produto que leva pouco tempo para ser produzido e tem um menor nível de conhecimento empregado e outro produto com um nível de conhecimento empregado na fabricação maior. Nesse caso o dinheiro desempenha o papel de determinar o valor nominal de cada produto.

Após determinar o valor, expresso pelo preço nominal de cada produto, é necessário observar que existem alguns fatores que compõem os preços dos produtos. Para Smith (1996, p. 101 a 103), *“os fatores que compõem os preços dos produtos são: salário, lucros e renda da terra”*.

Smith diz que:

Em toda sociedade, o preço de qualquer mercadoria, em última análise, se desdobra em um ou outro desses três fatores, ou então nos três conjuntamente; e em toda sociedade mais evoluída, os três componentes integram, em medida maior ou menor, o preço da grande maioria das mercadorias (SMITH, 1996, p. 103).

David Ricardo (1985) mostra a diferença entre valor e riqueza. Como já foi descrito anteriormente, valor está na facilidade ou dificuldade de produção e, para ele, *“a riqueza de uma nação está na quantidade de mercadorias produzidas”*. (RICARDO, 1985, p. 189)

Ricardo, ainda observa que:

[...] aumentando constantemente a facilidade da produção, reduzimos constantemente o valor de algumas mercadorias antes produzidas, embora, por esse mesmo processo, não só se aumenta a riqueza nacional, como a futura capacidade de produção... De tudo o que foi dito resulta que a riqueza de um país pode ser aumentada de duas maneiras: pela utilização de uma parte maior dos rendimentos na manutenção do trabalho produtivo, o que não aumentará somente a quantidade como também o valor do volume total de mercadorias; ou, sem empregar nenhuma quantidade adicional de trabalho, fazendo com que a mesma quantidade seja mais produtiva – o que contribuirá para a abundância, mas não para aumentar o valor das mercadorias (RICARDO, 1985, p.189 a 192).

Ao fazer aumentar a riqueza de uma nação, aumentando a produtividade ou empregando mais trabalhadores, aumenta o produto anual dessa nação. Assim é determinado o produto global, porém cada nação, ou país, terá uma medida para determinar a sua riqueza, essa medida é chamada de: Produto Nacional Bruto (PNB).

O Produto Nacional Bruto ou PNB como é conhecido é definido por Pinheiro, como sendo:

[...] o valor da produção global de bens e serviços de um país elaborados em determinado período de tempo... Muitas atividades produtivas ocorridas dentro dos limites territoriais de um país – e por isso, computados no PIB – não são de propriedade do país considerado. E, como tal, não entram no cômputo do PNB (PINHEIRO, 1977, p.41).

Nos sistemas de contas nacionais pode-se considerar ainda o Produto Interno Bruto, que tem a capacidade de mensurar a capacidade produtiva de uma localidade.

Pinheiro (1977, p. 39) define o PIB como sendo “o valor da produção global de bens e serviços ocorrida dentro dos limites territoriais do país considerado, em determinado período de tempo”.

Pode se medir o PIB dos países, dos estados, das cidades, das macrorregiões e microrregiões, e no cálculo do PIB somente entrará o valor dos produtos acabados, pois o valor dos produtos intermediários da produção estará no cálculo do valor dos bens finais.

Em alguns países, como o Brasil, o PIB é maior que o PNB como diz Paulani e Bobik Braga:

No caso do Brasil o PIB é maior que o PNB. Daí que, caso se queira ter uma ideia do resultado final do esforço da economia num determinado ano, faz sentido considerar também a contribuição prestada pelos fatores de produção de propriedade de não residentes. Ao mesmo tempo, parece também bastante razoável tomar o produto bruto e não o líquido, já que a produção de valores que vão apenas repor o capital fixo desgastado também demandou esforços e consumiu fatores de produção (PAULANI e BOBIK BRAGA, 2000, p. 48).

A composição do PIB, sob a ótica da produção, é dividida entre: agricultura, indústria e serviços; a soma do que é produzido nos 3 setores produtivos (considerando os valores da produção os fatores de produção, impostos indiretos líquidos de subsídios e a depreciação do ativo produtivo) é o PIB. Ressalta-se que o PIB ainda pode ser determinado sob a ótica da renda e, também, do dispêndio. Os dados a seguir demonstram a evolução do PIB brasileiro, no período 1997 a 2011, a preço real de 2011, segundo determinação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que é o órgão oficial do governo brasileiro para a determinação do sistema de contas nacionais, desde o ano de 1986.

Tabela 1 - PIB Brasileiro a Preços Reais de 2011 – Período de 1990 - 2011

Período	Em milhões de R\$ de 2011	Variação percentual real	Preços correntes em milhões de US\$
1997	2.703.044,01	3,40%	871.274,00
1998	2.703.999,42	0,00%	843.985,00

1999	2.710.869,70	0,30%	586.777,00
2000	2.827.604,81	4,30%	644.984,00
2001	2.864.734,61	1,30%	553.771,00
2002	2.940.881,96	2,70%	504.359,00
2003	2.974.602,69	1,10%	553.603,00
2004	3.144.520,71	5,70%	663.783,00
2005	3.243.877,30	3,20%	882.439,00
2006	3.372.238,67	4,00%	1.088.767,00
2007	3.577.655,57	6,10%	1.366.544,00
2008	3.762.677,51	5,20%	1.650.897,00
2009	3.750.270,93	-0,30%	1.625.636,00
2010	4.032.804,64	7,50%	2.143.921,00
2011	4.143.013,34	2,70%	2.475.066,00

Fonte: IBGE, disponível no Banco Central do Brasil, <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>, acessado em 12/09/2012.

Após fazer uma análise sobre o comportamento do PIB brasileiro, no período em destaque, nota-se que houve um aumento no PIB de 53,27% entre os anos de 1997 a 2011 (R\$2.703.044,01 em 1997 e R\$4.143.013,34 em 2011). Entre os anos de 2008 e 2009 o PIB brasileiro teve uma redução no seu valor, passando de R\$3.762.677,51 em 2008 para R\$3.750.270,93 em 2009. Outro período interessante no PIB brasileiro é entre os anos de 2009 e 2010. Em 2009 o PIB era de R\$3.750.270,93 e em 2010 o valor era de R\$4.034.804,64, aumento de 7,50%. Tem que se destacar que os valores aqui colocados estão em milhões de reais de 2001.

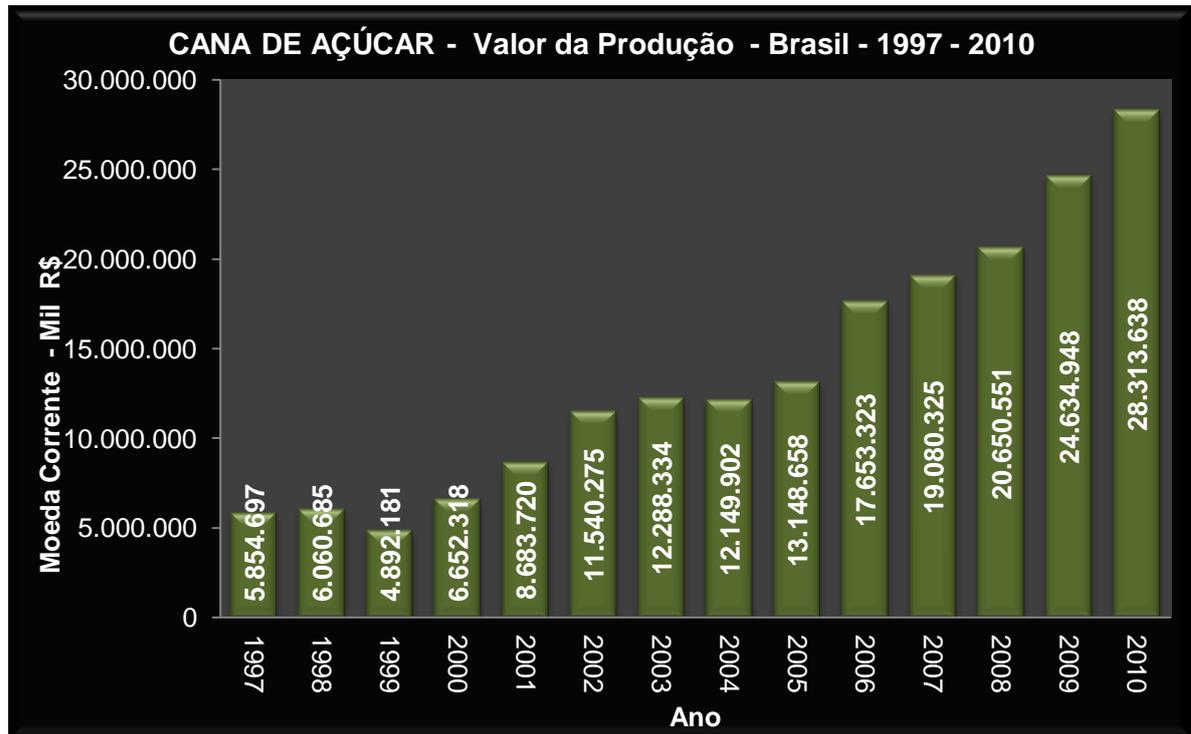
Alguns dados sobre o PIB brasileiro são interessantes de serem analisados, como por exemplo: a participação da produção da cana de açúcar e a produção da produção de café. A partir da observação do valor da produção da cana de açúcar, vamos analisar a participação dessas duas culturas agrícolas no PIB. O gráfico a seguir mostrará o comportamento da produção de cana de açúcar.

Gráfico 1 – PIB Brasileiro a Preços Reais de 2011 – Período de 1997 – 2011



Fonte: IBGE
Elaboração: o Autor

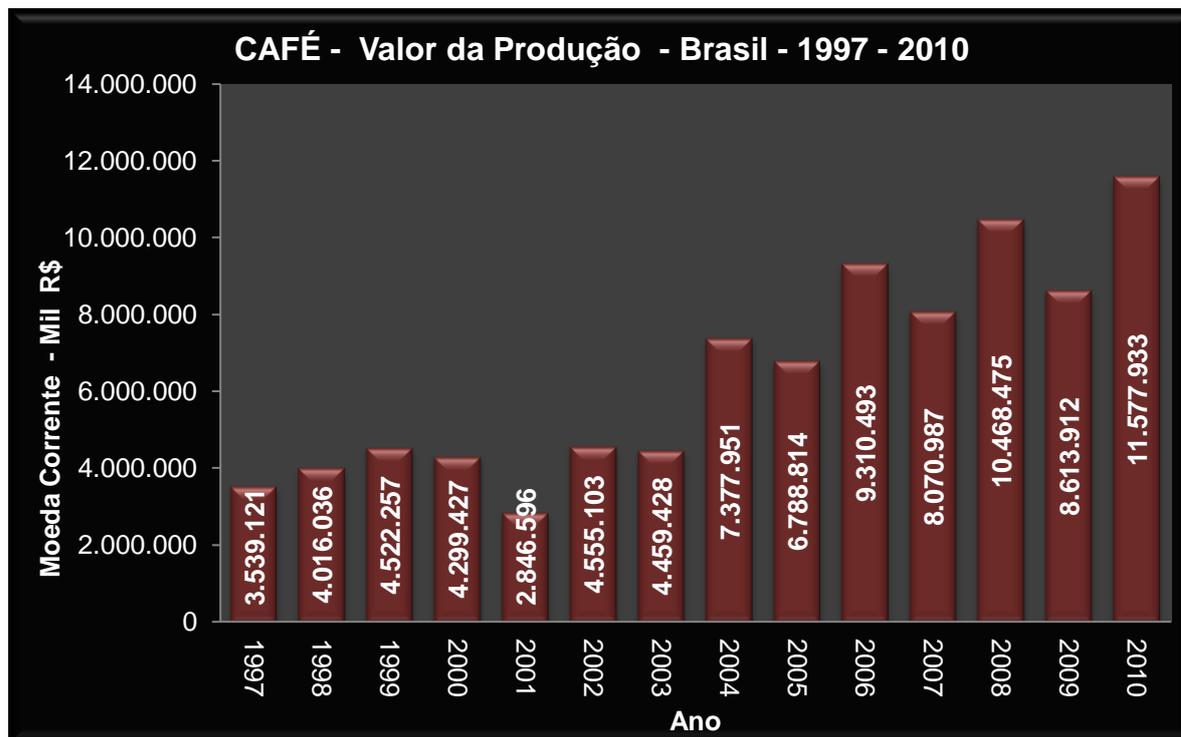
Gráfico 2: Valor da produção cana de açúcar (Mil Reais)



Fonte: IBGE
Elaboração: o Autor

Ao observar o comportamento do valor da produção de cana de açúcar nota-se que houve um aumento nesse valor de 383,61% entre os anos de 1997 R\$ 5.854.697,00 e R\$ 28.313.638,00 em 2010. Entre os anos de 1998 e 1999 houve uma redução de 19,28% nesse valor, passando de R\$ 6.060.685,00 em 1998, para R\$ 4.892.181,00 em 1999. Nos outros períodos o valor da produção teve um aumento em relação ao ano anterior. Os anos de 2001 e 2002 merecem destaque nesse aumento, em 2001 o valor da produção era de R\$ 8.683.720,00 passando para R\$ 11.540.270,00, aumento de 32,90%. Ao fazer essa análise nota-se uma oscilação nesse valor, que pode ser explicada, por ser uma lavoura temporária e sofrer pela alta e baixa dos preços. Observa-se que os valores aqui são expresso em mil reais são valores monetários do ano. Analisar-se-á o valor da produção de café entre esses anos.

Gráfico 3: Valor da produção de café (Mil Reais)



Fonte: IBGE
Elaboração: o Autor

O café sofre com as oscilações dos preços, por ser uma plantação permanente e levar alguns anos para começar a produzir, os pequenos agricultores por esse motivo não conseguem produzir, esse é um motivo que causa as oscilações, outro motivo que ocasiona as oscilações no valor da produção é que o café em alguns anos tem uma quantidade colhida maior e no outro ano essa quantidade colhida sofre uma redução.

Ao analisar o comportamento do valor da produção de café entre os anos de 1997 a 2010, nota-se que houve um aumento de 227,14% no valor da produção do café, passando de R\$ 3.539.121,00 em 1997 para R\$ 11.577.933,00 em 2010. Como foi dito a cultura do café sofre uma oscilação entre os anos, os anos de 2000 e 2001 havendo uma grande redução no valor da produção. No ano de 2000 o valor da produção era de R\$ 4.299.427,00 caindo esse valor em 2001 para R\$ 2.846.596,00, redução de 33,79%.

Outros períodos merecem destaque por causa do aumento no valor da produção, como é o caso de 2005/2006, onde houve um aumento de 37,14% no valor da produção, passando de R\$ 6.788.814,00 em 2005 para R\$ 9.310.496,00 em 2006 e os anos de 2009/2010 que tiveram um aumento de 34,41%, R\$ 8.613.912

em 2009 e R\$ 11.577.933 em 2010. Observa-se também que os valores aqui são expressos em mil reais que são valores monetários do ano.

Ao analisar os dados fornecidos pelo IBGE observa-se que durante os anos de 1997 a 2010, o café e a cana de açúcar movimentaram na economia brasileira juntos cerca de R\$ 282.050.088.000,00. Esses valores estão em valores monetários do ano em Mil Reais.

3 A FORMAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA DE FRANCA

A sua formação se deu por conta das descobertas das minas de Goiás como é citado na história da formação da cidade de Franca no site da prefeitura municipal:

A região compreendida entre os rios Pardo e Grande, embora desbravada no século XVI, foi povoada somente a partir das descobertas das minas de Goiás por Ananaguera II no início do século XVIII. Com a abertura das estradas de Goiás em 1722 e do Desemboque algumas décadas após, foram se formando vários pousos que se constituíram nos primeiros núcleos povoadores desta região. (<http://www.franca.sp.gov.br/portal/historia-franca.html>).

Pedro Tosi fala que:

O relevo da região é formado, ainda, por dois espigões: um ficando entre os rios Pardo e Sapucaí – no sentido noroeste – e outro, projetando-se no sentido norte a partir do Sapucaí até o Grande. Essa subdivisão geográfica da região é que definiu, respectivamente, a abrangência das duas Freguesias que lá se instalaram: a da Franca e a dos Batatais (TOSI, 2002, p. 30).

Nota-se que as duas freguesias como Tosi cita fica entre os Rios Pardos, Sapucaí e Grande, fazendo com que essa região se tornasse um elo de ligação para Goiás, “*um pequeno fluxo populacional das últimas décadas do século XVIII permite a formação do povoado disperso, que ficou conhecido como Bairro das Canoas, abrangendo os pousos: das Covas, Alto e Alegre, além de outras paragens*”. (<http://www.franca.sp.gov.br/portal/historia-franca.html>)

Quando a ocupação havia se consolidado, embora o aparecimento de pedras preciosas tenha ocorrido em locais onde mineiros e paulistas há muito tempo disputavam fronteira – na localidade então denominada Aterrado e Adjacências do Ribeirão das Canoas, foi na porção paulista que ocorreu o maior comércio de pedras, ao passo que as fronteiras só foram definitivamente estabelecidas em 1937 (TOSI, 2002, p. 29 e 30).

A região que começou com o comércio de pedras preciosas e como pouso para os viajantes que seguiam para a região do Goiás, também teve sua sobrevivência ligada ao abastecimento dos viajantes e na defesa dos territórios contra os índios.

Durantes alguns anos a região ficou sendo rota de abastecimento dos viajantes que seguiam para as minas do Goiás, porém depois de algum tempo a região recebe um fluxo populacional de grandes proporções. São os mineiros que vêm de Minas Gerais e do Goiás.

Para Tosi dois fatos foram de muita importância para o povoamento da região:

Dois importantes acontecimentos devem ter motivado a dispersão populacional da Capitania de Minas: a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, e o fato de ter havido em São Paulo - no antigo oeste - o surgimento de considerável implantação da atividade canavieira. Foram, também, ocorrências decisivas para a produção global de alimentos em todo o centro-sul (TOSI, 2002, p. 31).

Após a dispersão da capitania de Minas, fez com que certa quantidade de pessoas ficasse na região compreendida hoje na cidade de Franca. Mas a ocupação definitiva veio com famílias de poucas posses como fala Tosi:

Interessante notar que a ocupação definitiva, levada a efeito por grandes proprietários, ocorreu depois da chegada de frentes pioneiras compostas de famílias de poucas posses, quando já estavam consolidados os conhecimentos quanto à quantidade da terra e quanto às potencialidades de inserção de produtos em um sistema de trocas (TOSI, 2002, p. 31).

Depois de saber o quanto de terra a região tinha e de como era a potencialidade dessas terras, os grandes latifúndios somente chegaram a região com a cultura do café no último quartel do século XIX como diz Tosi:

Uma coisa é certa, a fazenda agrícola de produção em escala, diferente de uma plantation propriamente dita - nunca semelhante à tipologia do latifúndio monocultor - chegou à região apenas com a cafeicultura, no último quartel do século XIX e adquiriu sua maior expressão com a chegada da ferrovia em 1886 em Batatais e em 1887 em Franca (TOSI, 2002, p. 38).

Ainda de acordo com Tosi: *“com a chegada em definitivo do complexo cafeeiro, fez com que a sociedade até então antiga e rural se transformasse em uma sociedade que tendia a uma vida mais urbanizada. Isso ocorreu em Franca a partir de 1860.”* (TOSI, 2002, p. 59)

Um dos fatores que fez com que a cidade de Franca se desenvolvesse foi o café, porém, outros fatores contribuirão para esse desenvolvimento. Como por exemplo, a ferrovia que também trouxe o progresso para a cidade de Franca.

Tosi ensina que:

Foi à ferrovia que trouxe a cafeicultura capitalista para Franca, como de resto as transformações dela decorrentes. Embora houvesse algumas fazendas de café, elas poderiam sem classificadas de inexpressivas frente às quantidades do que passaram a ser produzidas posteriormente, de modo que seria incorreto pensar a cafeicultura como tendo atraído a ferrovia, tanto quanto imaginar a existência de “cafelistas” de expressão no município antes da sua chegada (TOSI, 2002, p. 85).

É de se notar que o fator que mais contribuiu para que o município de Franca se desenvolvesse foi à ferrovia, com ela ficou mais fácil transportar o café que aqui era produzido. Nesse período começa a aparecer as grandes fazendas de café na cidade, a data de inauguração dos trilhos na cidade de Franca é um pouco contraditório, Tosi fala que a ferrovia foi inaugurada em 1890 e o site da Prefeitura Municipal de Franca escreve que a inauguração foi no dia 05 de abril de 1887 com o nome de Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, (depois Ferrovias Paulistas S/A - FEPASA).

Tosi escreve que:

Há um período em que as cargas transportadas pela ferrovia, registradas nos relatórios, dão a compreender uma progressiva inserção da cafeicultura, esta se sobressaiu no último quinquênio do século; portanto, foi entre 1885 e 1897 que se consolidou a cafeicultura francana (TOSI, 2002, p. 93).

O café começa a ter uma expressão antes da chegada da ferrovia, porém, é com a chegada da ferrovia, que o café tem seu maior destaque, pois o transporte é facilitado. Os trilhos da Mogiana era a mais extensa de São Paulo como fala Tosi:

Em 1878 dos 1047 quilômetros existentes na Província de São Paulo, a Mogiana era a mais extensa com 210 quilômetros. Até o ano de 1889 a Mogiana já havia percorrido o trajeto até Casa Branca, Ribeirão Preto, Batatais, Franca e havia atingido as margens do Rio Grande, conforme autorização do governo central em 1883, perfazendo uma linha tronco, com total de 510 quilômetros (TOSI, 2002, p. 76).

Com o café surgiu na agricultura à produção de alimentos, fazendo com que outros produtos agrícolas pudessem ser exportados.

Juntamente com a trajetória ascendente da cafeicultura, que apresentou resultados expressivos nos anos de 1902, 1907, 1909 e 1915, foi sendo incrementada a tradicional agricultura de alimentos que passou a contribuir significativamente no conjunto dos bens exportados, indicando que a cafeicultura encontraria em Franca um regime de produção praticamente autossuficiente em alguns alimentos básicos (Tosi, 2002, p. 89).

É de se destacar a qualidade do café, e alguns fatores que ajudaram a aumentar a quantidade de café que aqui era produzido, como por exemplo: disponibilidade financeira, condições climáticas e a idades das plantas como destaca Tosi:

A cafeicultura de Franca tinha na qualidade dos cafés o seu estímulo, isso se verificou na tendência crescente dos seus cafeeiros. A produção variava em função de uma série de fatores que iam desde as disponibilidades financeiras de cada agricultor em particular, até as condições climáticas predominantes. As expressivas colheitas em 1909, 1913 e 1917 estavam diretamente relacionadas com as chuvas que ocorreram nos meses anteriores e posteriores à colheita. A idade dos cafeeiros também influenciava na quantidade produzida, especialmente na safra de 1917 houve a influência das primeiras cargas dos quase 4,5 milhões de novos pés de cafés plantados nos anos anteriores (TOSI, 2002, p. 136).

Durante muito tempo o café foi o principal produto que a cidade de Franca produziu. Esse cenário começa a mudar com a chegada da indústria couro-calçadista. A produção de café fez com que houvesse um grande acúmulo de capital, incentivando o crescimento da indústria.

Tosi escreve que:

Dentro de uma abordagem mais geral isso significava que o café, na expressão de João Manuel Cardoso de Mello, "dava para tudo": financiava as importações, estimulava o aparelhamento urbano de um grande número de cidades e permitia o surgimento de receita governamental: as tarifas aduaneiras de importação dotavam o Governo Federal de uma poderosa fonte de receita, enquanto as tarifas de exportações eram a principal fonte arrecadadora dos Estados. Até mesmo o crescimento industrial era beneficiado, na medida em que a política cambial, por meio da sistemática desvalorização, favorecia as exportações de café e permitia indiretamente uma

maior competitividade-preço do produto nacional, geralmente bens de consumo (Tosi, 2002, p.125).

A acumulação do capital cafeeiro financiou as indústrias coureiro-calçadista da cidade, fazendo com que essa indústria torna-se o produto principal da economia francana.

Para Tosi existem dois fatores que influenciaram a vinda da indústria coureiro-calçadista para a cidade de Franca:

Do lado da oferta, o fluxo regular de mercadorias – dentre elas os couros – e, ainda, a disponibilidade de dois insumos necessários ao curtimento, tais como as madeiras ricas em tanino; é o caso do barbatimão, sua casca contém expressiva quantidade dessa substância química, ordinariamente utilizada no curtimento. A árvore era nativa da flora original de Planalto de Franca e passou a ser extraída quantidades maiores devido ao desmatamento provocado pela própria ferrovia. E, secundariamente, a disponibilidade de “pedra” tapiocanga, rica em óxidos de ferro, que atuava como catalisador na solução de curtimento... Do lado da procura, basta imaginar a ampla aplicação do couro numa cultura carente de técnicas de metalurgia, onde as funções econômicas básicas eram executadas a partir de estruturas compostas de couro, madeira e argila, a ditar o chamado estilo colonial. A importância dos couros e das couramas nas exportações coloniais, nos transportes arcaicos, na mobília, no vestuário e até na guerra, pois constituía-se em um produto de mas fácil manuseio, circulação e emprego (TOSI, 2002, p.111).

Franca tinha tanto do lado da oferta, quanto do lado da procura, tudo para a indústria coureiro-calçadista dar certo. Em *“1907 na cidade de Franca já há notícia de pelo menos 3 curtumes”* (TOSI, 2002, p.114).

Franca deixa de ter o foco no curtimento do couro e se transforma em uma cidade produtora de calçado. Tosi fala que: *“é bem provável que até meados da década de 1950 não se tivesse uma clara ideia de que Franca viria a ser “a Capital do calçado masculino””* (TOSI, 2002, p.193). Porém nos anos de 1929, Franca já contava com 12 fábricas de calçados como diz o referido autor:

Durante a década de 1920, notadamente em sua segunda metade, é evidente que aumentou o número de estabelecimentos ligados à transformação do couro em calçado. Assim, Franca era, no final da década, a cidade do Interior paulista com o maior número de estabelecimentos produtores de calçados. Entretanto, nesse quesito a cidade estava longe de reunir caracteres definitivos de concentração da atividade. Dados disponíveis dão conta de que em 1929

havia em Franca 12 dos 65 estabelecimentos fabricantes de calçados em todo Interior paulista (TOSI, 2002, p.193 e 194).

A partir de 1935, Franca começa a se inserir mais na fabricação de sapatos e em 1945 a inversão de capital nas fabricas de sapatos é maior que na produção de couros.

Não se pretende definir ou falar os detalhes sobre a indústria coureiro-calçadistas na cidade de Franca, pois essa indústria não é o alvo da minha pesquisa. O presente capítulo, vem somente contar um pouco da historia da formação da cidade de Franca.

Algumas datas são importantes na historia da cidade de Franca, como por exemplo: a data da fundação, 3 de dezembro de 1805 por Hipólito Antônio Pinheiro (1754-1840) e a criação do Município, portanto a emancipação político-administrativo em 28 de novembro de 1824, e o aniversário da cidade comemorado no dia 28 de novembro. (<http://www.franca.sp.gov.br/portal/historia-franca.html>)

Esses são apenas alguns dados históricos e da formação econômica da cidade de Franca, para compreender melhor a participação da cultura do café na formação histórica e para que no próximo capítulo possa-se analisar a chegada da cana de açúcar na cidade de Franca.

4 O CAFÉ E A CANA NA REGIÃO DE FRANCA. A IMPORTÂNCIA DO CAFÉ E O PLANTIO DA CANA PARA A REGIÃO

Como foi escrito no capítulo anterior, o café durante muitos anos foi o carro chefe da economia francana e depois passando para o setor couro calçadista o status de sustentação da economia da cidade.

A tabela a seguir mostrará o valor do PIB da cidade de Franca entre os anos de 1999 a 2007.

Tabela 2 - PIB da cidade da Franca (em milhões de reais) – Período de 1999 - 2007

Período	Em milhões de R\$	Crescimento nominal %
1999	1.642,77	-
2000	1.845,11	12,32%
2001	1.931,69	4,69%
2002	2.189,43	13,34%
2003	2.379,50	8,68%
2004	2.692,48	13,15%
2005	3.048,95	13,24%
2006	3.314,45	8,71%
2007	3.519,19	6,18%

Fonte: Fundação Seade.

Ao analisar os dados fornecidos pela Fundação Seade, nota-se que houve um aumento no PIB francano de 114,22% entre os anos de 1999 a 2007.

É muito vago somente com essa análise do PIB francano, falar quais foram os setores responsáveis por esse aumento, por isso, analisar-se-á a cultura do café e da cana de açúcar e tentar-se-á mostrar a relação dessas culturas com o crescimento do PIB francano.

Ao analisar alguns dados fornecidos pelo IBGE, nota-se uma oscilação na cultura do café na cidade de Franca, em que alguns anos se apresentam com um aumento muito grande referente a área colhida, quantidade produzida, valor da produção e produtividade.

Entre os anos de 1997 a 2010 a área colhida teve um aumento de 5,44%, 6.108 hectares colhidos em 1997 e 6.440 hectares em 2010. Apesar de ter aumentado entre esses anos ao comparar os anos dentro desse período em muitos casos houve uma redução, como foi o caso de 2000 em relação a 1999 onde houve uma redução de 16,96% 8.415 hectares em 1999 e 6.988 no ano 2000. Pode ser visto uma grande redução na área colhida de café entre os anos de 2000 e 2001 onde foi colhido 6.988 hectares em 2000 e 3.854 hectares em 2001, redução de 44,85%.

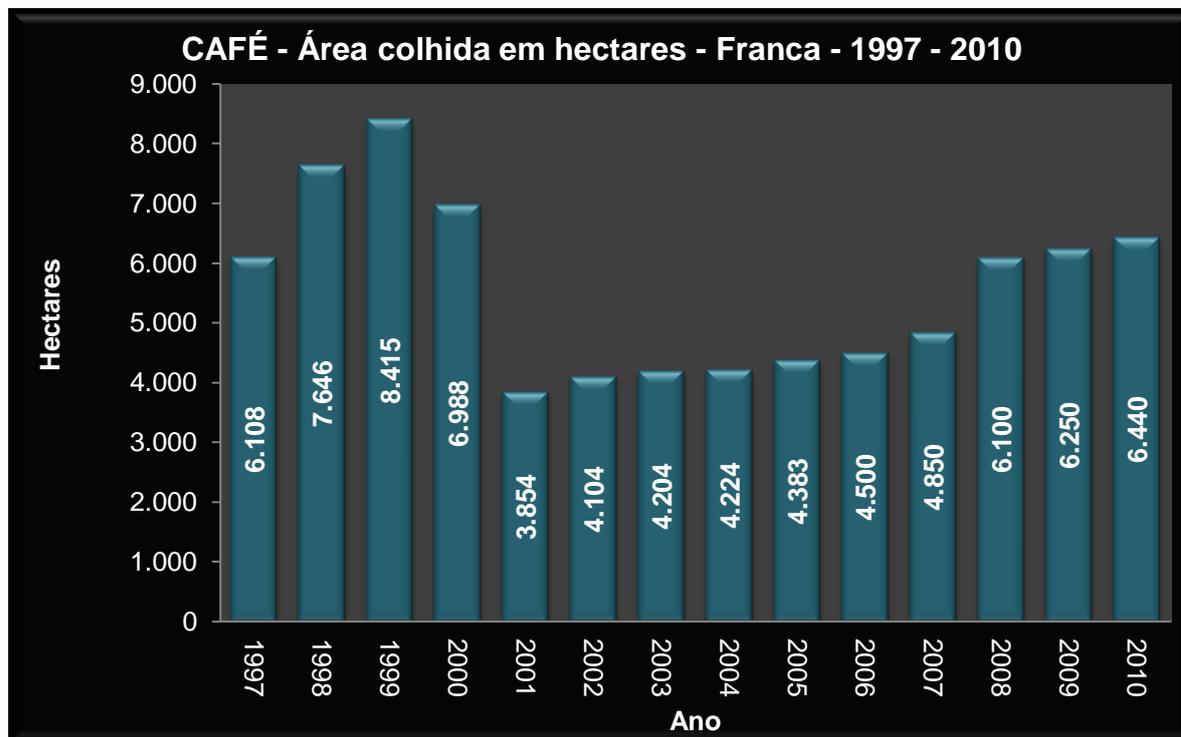
Pode ser analisado a quantidade produzida entre esses anos, onde se teve um aumento de 123,65% entre os anos de 1997 e 2010 (6.047 toneladas em 1997 e 13.524 toneladas colhidas em 2010). Pode ser visto uma oscilação na quantidade produzida entre os anos como por exemplo, no ano de 2002 e 2003 onde a redução foi de 68,05% 8.400 e 2.684 toneladas produzidas respectivamente. Pode ser visto um aumento na produção na comparação entre os anos, como aconteceu em 1997 e 1998 onde em 1997 a produção foi de 6.047 toneladas e em 1998 20.000 toneladas, aumento de 230,74%.

O valor da produção nesses anos também sofre uma grande oscilação entre os anos aqui analisados. Em 1997 o valor da produção foi de R\$ 8.012.000,00 e em 2010 esse valor foi de R\$ 66.268.000,00, aumento de 727,11%. Pode ser feito o comparativo entre os anos, onde em alguns anos teve uma diminuição de 92,68% como foi em 2008/2009, onde em 2008 o valor da produção era de R\$ 40.992.000,00 e em 2009 esse valor era de R\$ 3.000.000,00. Outros anos houve um aumento de 2.108,93% como aconteceu em 2009/2010, onde em 2009 o valor da produção foi de R\$3.000.000,00 e em 2010 esse valor era de R\$66.268.000,00.

Entre esses valores pode ser visto a produtividade, dividindo a quantidade produzida pela quantidade de hectares colhidos. Em 1997 essa produtividade foi de 0,99 toneladas por hectares colhidos e em 2010 foi de 2,10 toneladas por hectares plantados.

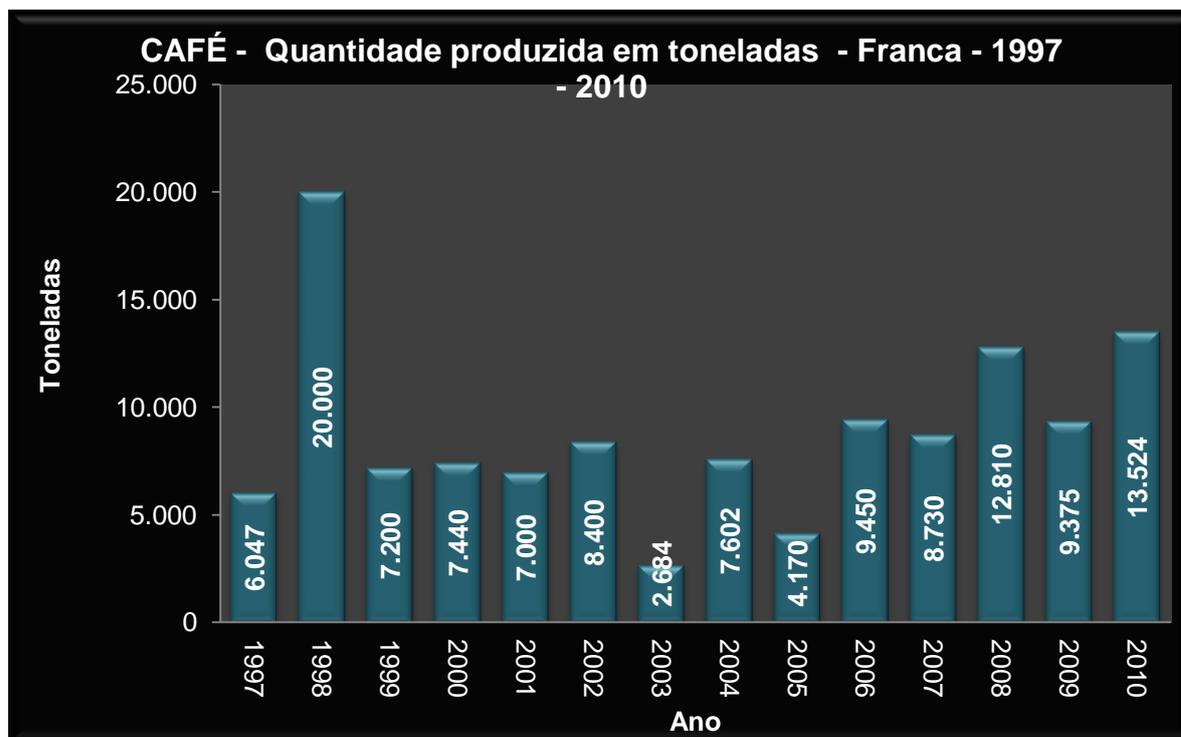
Os gráficos a seguir ilustraram a oscilação sofrida na cultura do café na cidade de Franca.

Gráfico 4: Área colhida em hectares



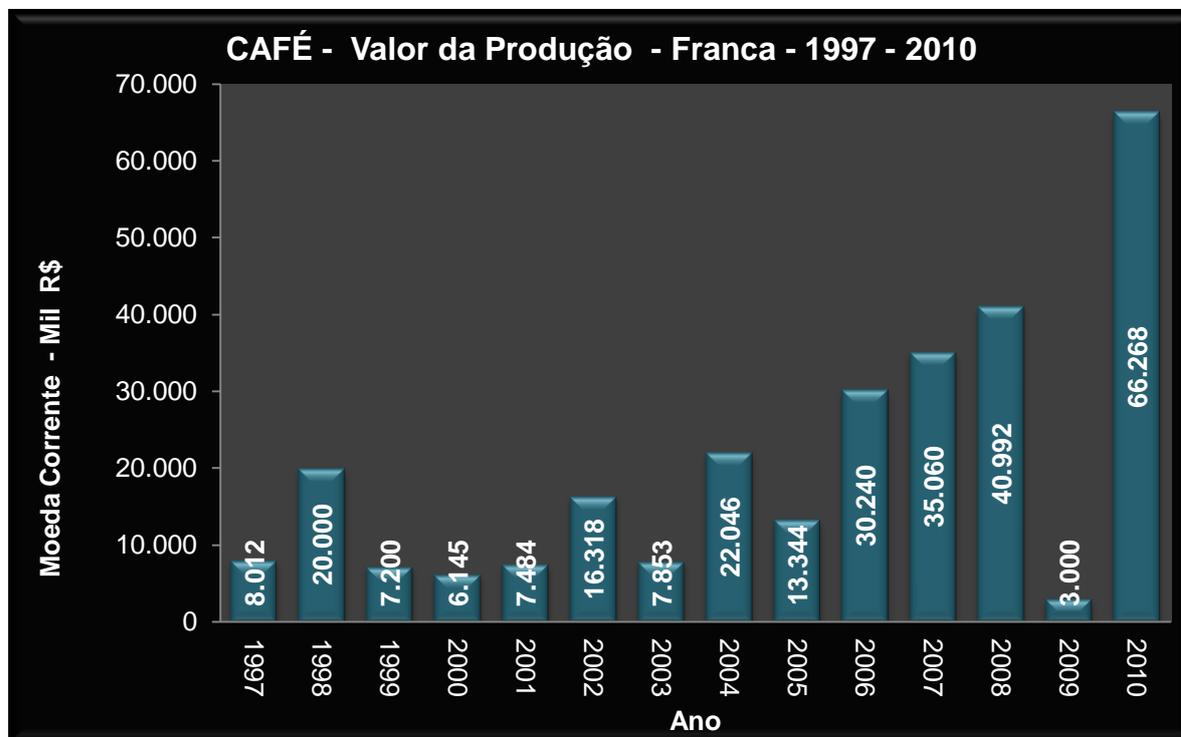
Fonte: IBGE
Elaboração: o Autor

Gráfico 5: Quantidade produzida em toneladas



Fonte: IBGE
Elaboração: o Autor

Gráfico 6: Valor da produção



Fonte: IBGE
Elaboração: o Autor

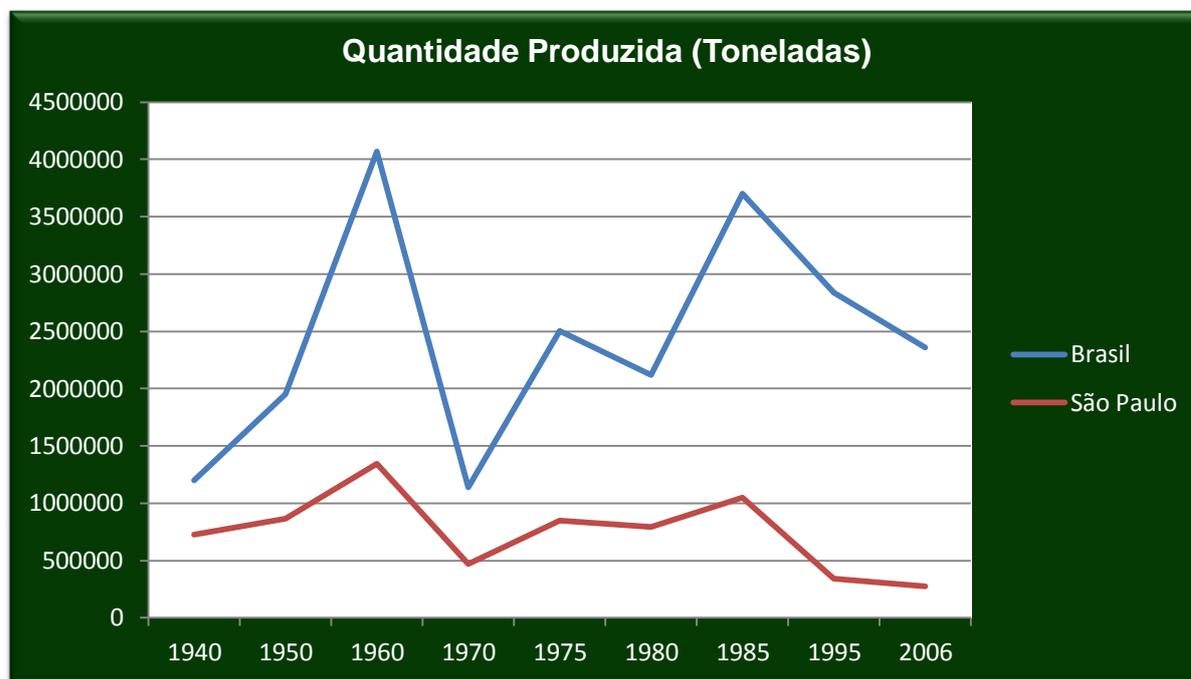
É importante analisar o histórico da produção de café no Brasil e no estado de São Paulo e ver essa oscilação.

Entre os anos 1940 a 2006 em todo o Brasil e principalmente no estado de São Paulo, a quantidade produzida de café muda ao longo dos anos. Pesquisas fornecidas pelo IBGE mostram que em 1940 a produção total de café era de 1.200.759 toneladas, passando para 2.360.756 toneladas em 2006, aumento de 96,60%, destaque para 1960 e 1985 com aumento de 238,91% e 208,14% respectivamente.

Nesse período o estado de São Paulo teve uma baixa na quantidade produzida, em 1940 a quantidade era de 724.949 toneladas e em 2006 276.437 toneladas, baixa de 61,87%, onde a produção francana de café representa 3,42% da produção total do estado de São Paulo em 2006.

O gráfico a seguir mostrara a oscilação da quantidade produzida de café no Brasil e no estado de São Paulo.

Gráfico 7: Quantidade Produzida (Toneladas)



Fonte: IBGE
Elaboração: o Autor

O café é uma planta que sofre com a variação do clima e com a quantidade de chuvas durante os anos, essa variação pode explicar a oscilação da produtividade na lavoura cafeeira da cidade de Franca.

Com as duas crises do petróleo no ano de 1973 e 1979, foi necessário pensar em uma nova matriz energética, foi nessa época que se deu maior destaque no álcool combustível no Brasil, como fala Mário Luiz Oliveira da Costa:

Não obstante desde o início de século XX já se verificasse no Brasil – ainda que de forma descontinuada e pouco planejada – a produção de álcool combustível e a sua mistura à gasolina, somente a partir de 1975 passou o produto a ocupar lugar de destaque na política energética nacional. Isto porque, a partir de dezembro de 1974, verificou-se grande desvalorização (de até 75%) nos preços internacionais de açúcar, fase ao excesso de oferta então existente, coincidindo com uma exponencial elevação na cotação dos preços internacionais do petróleo (COSTA, 2003, p. 91).

Foi preciso um incentivo para a produção do álcool combustível, mesmo com o preço do petróleo em alta, era preciso criar uma maneira de incentivar e financiar a produção de cana e a construção de usinas de álcool. No ano de 1975

foi criado o Programa Nacional do Açúcar e Álcool, conhecido como Proálcool, como ensina Costa:

Aos 09 de outubro de 1975, o Presidente Geisel discursa à nação e anuncia medidas objetivando a redução do déficit, dentre as quais a ideia do Programa Nacional do Álcool, a fixação da proporção da mistura do álcool à gasolina em 20%, a utilização da cana de açúcar como matéria prima industrial e a concessão de estímulos financeiros a expansão da lavoura canavieira e a montagem de destilarias anexas e autônomas (COSTA, 2003, p. 92).

Porém houve uma lentidão na incorporação do Proálcool e com o segundo choque do petróleo em 1979, houve uma retomada do projeto. Durante muitos anos o Proálcool foi esquecido e a produção de álcool combustível oscilou muito, chegando a se importado em alguns anos.

No ano de 1995, começou uma reestruturação do Proálcool. O site www.biodiselbr.com informa que:

Para a implementação do Proálcool, foi estabelecido, em um primeiro instante, um processo de transferência de recursos arrecadados a partir de parcelas dos preços da gasolina, diesel e lubrificante para compensar os custos de produção do álcool, de modo a viabilizá-lo como combustível. Assim, foi estabelecida uma relação de paridade de preços entre o álcool e o açúcar para o produtor e incentivos de financiamento para as fases agrícola e industrial de produção do combustível.

Para o presente trabalho, a fase do Proálcool que interessa é a partir de 1995, pois pelos dados retirados do IBGE-SIDRA, até o ano de 1995 não tinha contagem de nenhum hectare de plantação de cana de açúcar e a partir de 1996 que a lavoura canavieira começa a surgir na cidade de Franca.

Outro fato interessante na história da cana de açúcar na cidade de Franca, foi a instalação da Usina Cevasa na cidade de Patrocínio Paulista, cidade vizinha a Franca. A história do surgimento da Cevasa, conta que a primeira safra foi no ano de 1999, segundo o site da empresa.

Ao analisar os dados fornecidos pelo IBGE, percebe-se que até o ano de 1995 não existia plantação de cana de açúcar na cidade de Franca. A partir de 1996 que começa a surgir plantações de cana na cidade. Os dados extraídos no IBGE mostram que no ano de 1996 a área colhida de cana foi de 900 hectares. No período aqui analisado nota-se que houve um aumento de 188,89% na área colhida, passando de 900 hectares em 1996 para 2.600 hectares em 2010.

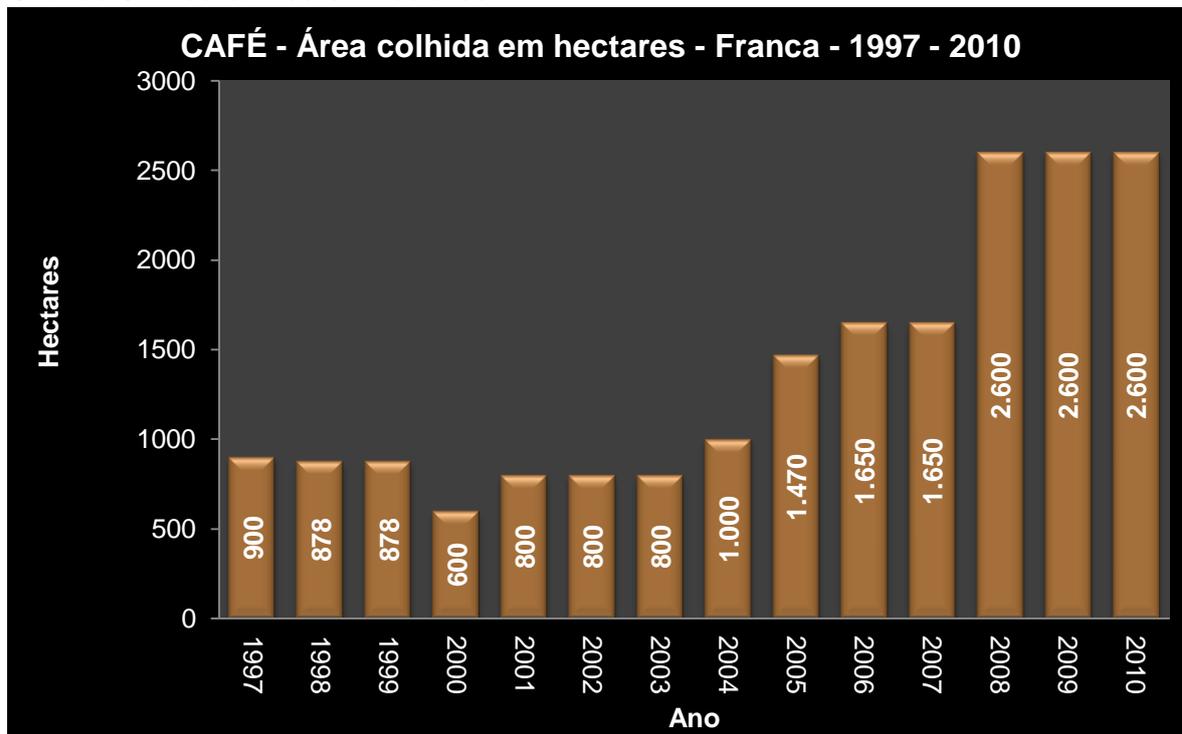
Nesse período alguns anos mostram uma queda na área em que foi colhido a cana na cidade de Franca. No ano 2000 comparado ao ano de 1999 essa área teve uma redução de 31,66% (878 hectares em 1999 e 600 hectares no ano 2000) outros períodos merece destaque como foi em 2008 onde houve aumento de 57,58% em relação a 2007, em 2007 a área colhida era de 1650 hectares e em 2008 2600 hectares. Entre os anos de 1997 a 2010 a produção aumentou 230,16% passando de 63.000 toneladas em 1997 para 208.000 toneladas em 2010. A redução na quantidade produzida entre os anos de 1999 e 2000 foi de 40,21% (70.240 e 42.000 toneladas, respectivamente). É interessante observar que no ano 2008 em relação ao ano 2007 o aumento foi de 57,58% como aconteceu na área colhida. A Quantidade produzida passou de 132.000 toneladas em 2007 para 208.000 toneladas em 2008.

O valor da produção, porém aumentou 450,26% nesse período, passando de R\$ 945.000,00 em 2007 para R\$ 5.200.000,00 em 2010. Nesse período os anos de 2006 e 2007 merece destaque, pois houve uma redução no valor da produção de 10% comparando 2007 em relação a 2006. O valor em 2006 era de R\$ 5.280.000,00 e em 2007 o valor era de R\$ 4.752.000,00. Comparando 2008 em relação a 2007 temos que aumentou 22,56% o valor da produção, passando de R\$ 4.572.000,00 em 2007 para R\$ 5.824.000,00 em 2008.

Pode ser observado a produtividade (quantidade produzida dividido pelos hectares colhidos) nesse período. Em 1997, a produtividade era de 70 toneladas por hectares e no ano 2010 a produtividade era de 80 toneladas, aumento de 14,29%.

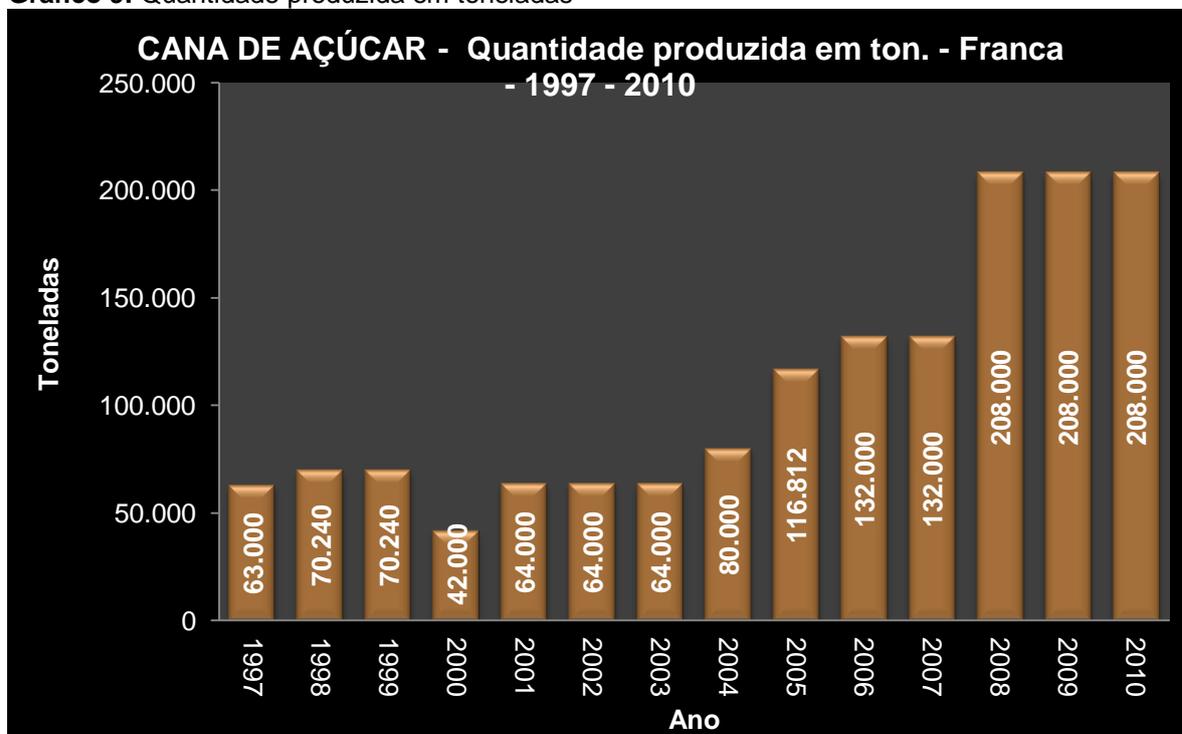
Os gráficos a seguir irão ilustrar a trajetória da cana de açúcar na cidade de Franca.

Gráfico 8: Área colhida em hectares



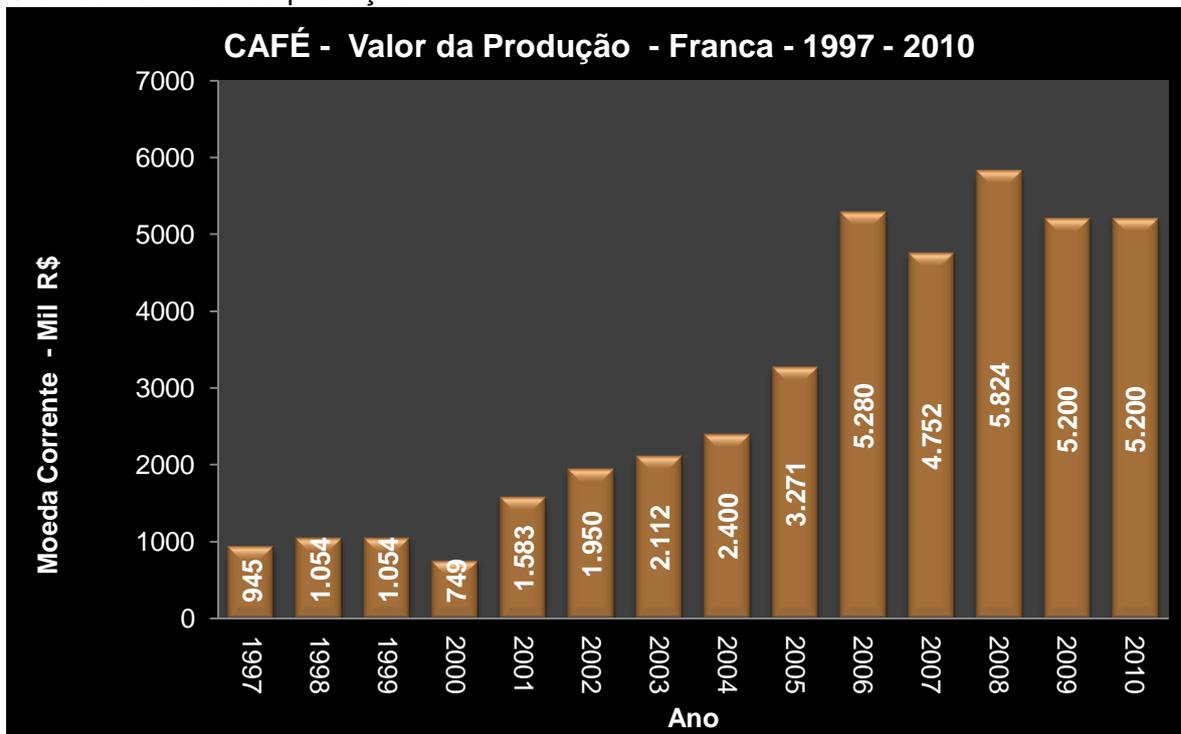
Fonte: IBGE
Elaboração: o Autor

Gráfico 9: Quantidade produzida em toneladas



Fonte: IBGE
Elaboração: o Autor

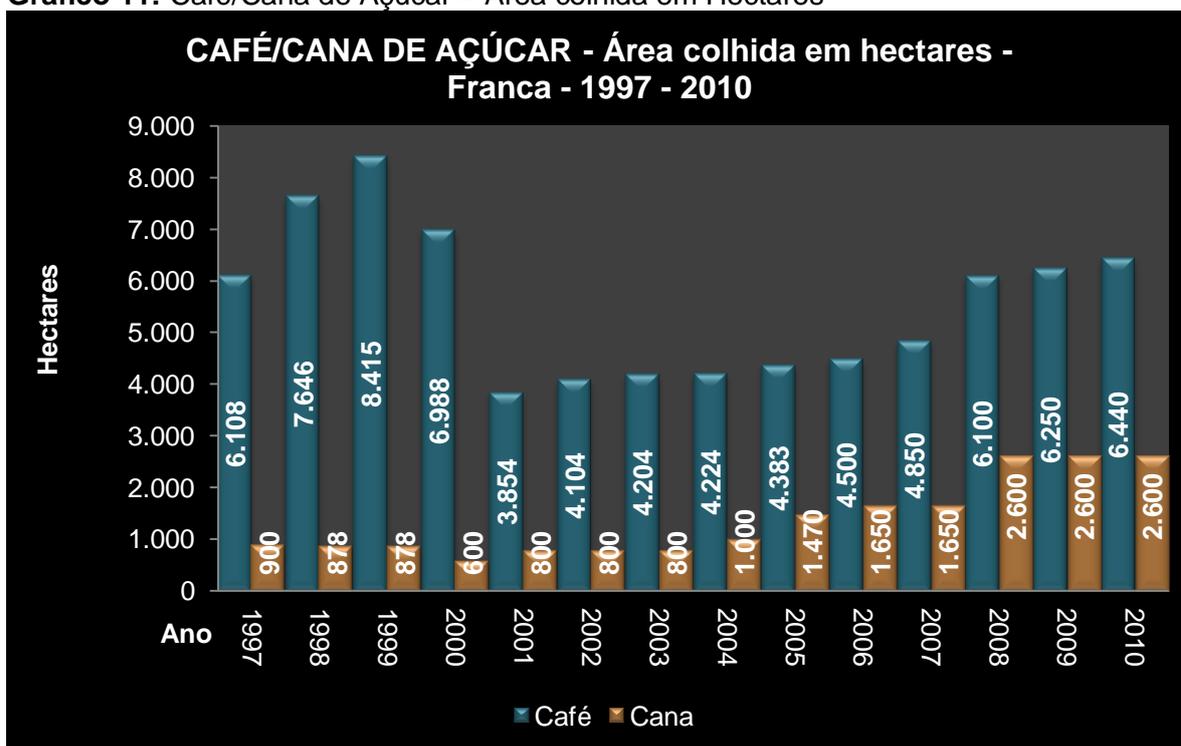
Gráfico 10: Valor da produção



Fonte: IBGE
Elaboração: o Autor

Os gráficos a seguir mostraram a comparação da área colhida da cana de açúcar e do café e o valor da produção na cidade de Franca.

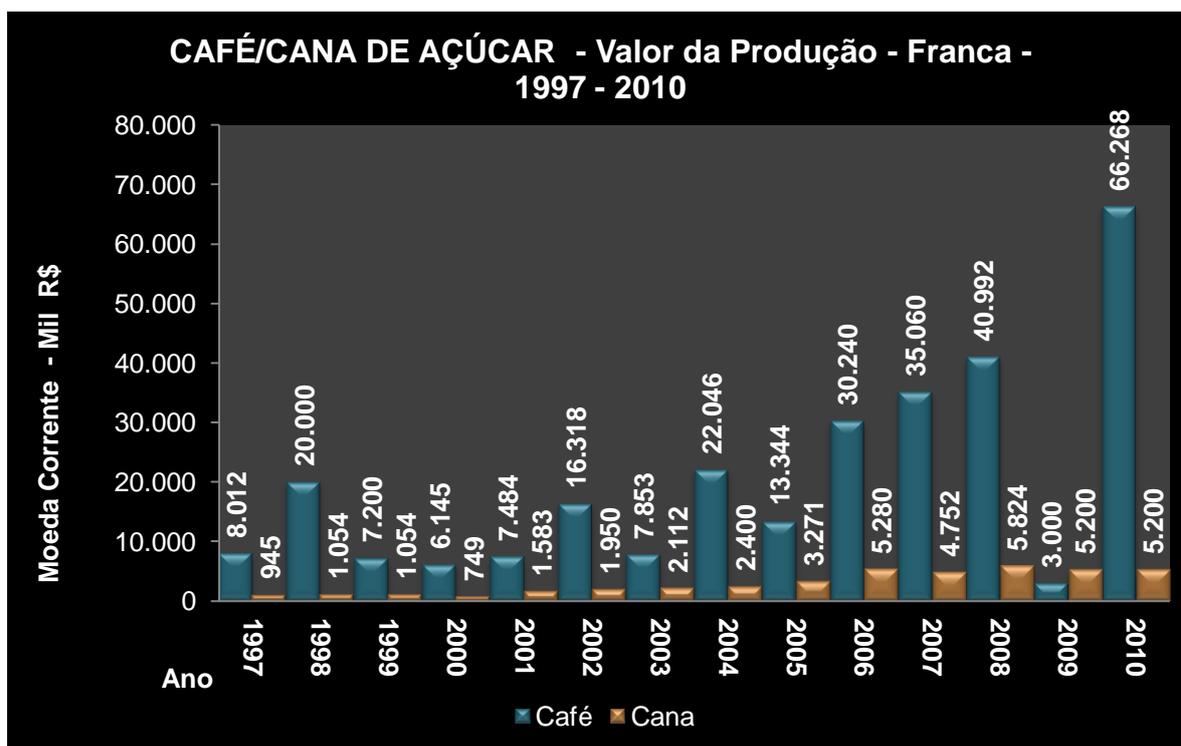
Gráfico 11: Café/Cana de Açúcar – Área colhida em Hectares



Fonte: IBGE

Pelo gráfico 11 fica evidente os anos de diminuição e de aumento da cana de açúcar e do café, onde pode se observar os anos onde a cana teve um aumento na área colhida e o café também teve um aumento significativo.

Gráfico 12: Café/Cana de Açúcar – Valor da Produção



Fonte: IBGE
Elaboração: o Autor

O gráfico 12, onde se compara o valor da produção das duas culturas agrícolas aqui analisadas fica claro o maior valor da produção do café em relação à cana de açúcar. Onde no ano de 2010 o valor da produção da cana de açúcar foi somente 7,84% do valor da produção do café.

CONCLUSÃO

Ao longo dos anos o café na região de Franca sofre uma grande oscilação, como mostram os dados fornecidos pelo IBGE. Com a chegada da cana de açúcar nos anos de 1996, tem-se que houve uma redução de 59,41% comparativamente ao ano de 1990, onde reduziu de 8.300 hectares colhidos em 1990, para 3.369 hectares em 1996.

Fazendo essa análise em relação ao ano de 1995, percebe-se que houve uma redução de 33,64%, onde se tinha 5.077 hectares colhidos em 1995, reduzindo para 3.369 hectares em 1996. Em valores absolutos ocorre uma redução de 1.708 hectares. Nesse período houve a implementação da cana na região de Franca, essa plantação somava 900 hectares, e a queda nas lavouras de café foi de 808 hectares a mais que a quantidade da plantação das lavouras de cana que surgia naquele ano na cidade de Franca.

Com o passar dos anos a lavoura de cana perdura na cidade de Franca, porém como foi dito até o ano de 2003 houve uma redução na área colhida de cana. Neste período houve um aumento na área colhida de café, passando de 3.369 hectares em 1996 para 4.204 hectares em 2003, aumento de 24,78%.

A partir de então, entre os anos de 2004 a 2010 a quantidade da área colhida das lavouras de cana aumentou, passando de 1.000 hectares em 2004 para 2.600 hectares em 2010, aumento de 160%%. Nota-se que nesse período a lavoura cafeeira também aumentou, passando de 4.224 hectares para 6.440 hectares, aumento de 52,46%%. O que mostra que a quantidade que aumenta na área colhida de cana não interfere na área colhida de café na cidade de Franca.

Fazendo a análise sobre o valor da produção, observa-se que entre os anos de 1996 a 2010, o valor da produção da cana aumentou 433,33%, passando de R\$ 975.000,00 em 1996 para R\$ 5.200.000,00 em 2010. Porém, neste mesmo período, o valor da produção de café aumentou 1275,14%%, passando de R\$ 4.819.000,00 em 1996 para R\$ 66.268.000,00 em 2010, mostrando que o valor da produção do café nesse período na cidade de Franca, não sofreu nenhuma

influência da cana-de-açúcar. Esses valores mostram que cerca de 1% do valor do PIB da cidade de Franca no ano de 2007, veio através do valor da produção do café, enquanto 0,14% do PIB francano era composto pelo valor da produção da cana de açúcar.

A partir dos dados analisados, pode ser concluído, que a inserção da lavoura canavieira na cidade de Franca, não influenciou a lavoura cafeeira da cidade de Franca. Essa inserção pode ter influenciado outras atividades agrícolas, porém com os dados aqui analisados, não se tem subsídios suficientes para que essa hipótese seja dada como verdadeira. O que levaria a uma nova análise sobre a cana de açúcar e outras atividades agrícolas, para se afirmar se houve influencia da cana de açúcar sobre alguma outra atividade agrícola.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. *Quatro séculos de história econômica brasileira*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

Banco Central. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>, acesso em 12/09/2012.

Biodiselbr.com. Disponível em <<http://www.biodiselbr.com/proalcool/programa-etanol.html>>, acesso em 19/08/2012.

COSTA, Mário Luiz Oliveira da. *Setor sucroalcooleiro: da rígida intervenção ao livre mercado*. São Paulo: Editora Método, 2003.

Fundação Seade. Disponível em <<http://www.seade.gov.br/>>, acesso em 16/05/2012.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

IBGE. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>, acesso em 12/09/2012.

Jornal Comércio da Franca, reportagem extraída dia 11 de setembro de 2012.

Jornal Folha de São Paulo, reportagem extraída dia 18 outubro de 2009.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de. *História econômica*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

MOREIRA, Antonio Carlos. *Historia do café no Brasil*. São Paulo: Magma Editora Cultural, 2007.

MOTTA SOBRINHO, Alves. *A civilização do café (1820-1920)*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, s/d.

PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. *A nova contabilidade social*. São Paulo: Saraiva, 2000.

PETRONE, Maria Thereza Shorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. 1. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PINHEIRO, Antônio Florêncio de Lima. *Elementos da macroeconomia e contabilidade nacional*. 3. ed. São Paulo: Livraria Nobel S.A, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Prefeitura Municipal de Franca-SP. Disponível em <<http://www.franca.sp.gov.br/portal/historia-franca.html>>; acesso em 11/07/2012.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira*. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. 3. ed. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1957.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. Volume I. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais do interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

Usina Cevasa. Disponível em <<http://www.cevasa.com.br/historia.php>>, acesso em 16/05/2012

ANEXO

Anexo 1

Franca, terça-feira, 11 de setembro de 2012 LOC

CAMPO

Produção de cana na região aumenta 50%

— Tecnologia nas lavouras possibilita o crescimento —

A produção de cana-de-açúcar para a indústria nas lavouras de Franca e região sofreu um aumento expressivo na última década. De acordo com uma estimativa divulgada em junho deste ano pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola), a produção da safra atual deve chegar a 38,5 milhões de toneladas, enquanto que em 2002 esse número foi de apenas 26,2 milhões de toneladas, indicando um crescimento de 46,9%. Somente em relação a 2011, quando a safra na região foi de 36,9 milhões de toneladas, o aumento previsto é de 4,3%.

Em todo o Estado, a expectativa é colher 416,3 milhões de toneladas, 2,5% a mais do que no ano passado. O estudo levou em conta lavouras de todo porte nas cidades da região administrativa de Franca, composta por 23 municípios.

A assessora de Gestão de Qualidade do IEA, Denise Caser, explica que a expansão da cana nos últimos anos aconteceu não só em Franca, mas em todo o Estado de São Paulo. “É uma cultura que tem avançado sobre outras culturas (leia texto nesta página). Na última década, aumentou a demanda por açúcar e álcool - tanto o anidro (usado na mistura com a gasolina) quanto o hidratado.”

Apesar de ser uma tendência, Denise Caser não acredita que a mecanização da colheita tenha contribuído para um aumento de produtividade nas lavouras de cana-de-açúcar. “Ela apenas acelera o corte da cana num ponto em que ela está com um alto nível de sacarose. Dependendo da mão de obra, não há colheita quando o tempo está chuvoso e a cana se perde, o que não ocorre com máquinas”, explicou. “Na verdade, o que vai influenciar na produtividade agrícola são as variedades, o solo e o clima.”

Irineu de Andrade Monteiro, produtor de cana-de-açúcar para a indústria e presidente do Sindicato Rural de Patrocínio Paulista, concorda com a pesquisadora. A sua fazenda é voltada para a cultura da commodity, que é colhida e enviada para uma grande usina do município. Monteiro não está envolvido no processo de produção, apenas na cessão das suas terras. “Arrendamos as terras para a usina, que aplica tecnologia de ponta na cana. Com a genética e os tratos culturais (práticas que possibilitam a produção máxima de uma lavoura), a produtividade e a renda são crescentes. Há 15, 20 anos, no mesmo espaço, produzia-se muito menos cana do que hoje.”

F

Anexo 2

Cana toma espaço de milho e soja

A cana-de-açúcar expandiu-se em Franca e região ocupando áreas voltadas para o plantio do milho e da soja. Segundo dados do Escritório do Desenvolvimento Rural da cidade, enquanto a lavoura de cana ocupava 75.717 hectares e 1.877 propriedades em 1996, em 2008 esses números passaram para 145.151 hectares e 2.297 propriedades.

As áreas de milho e soja diminuíram no mesmo período. As propriedades produtoras de milho caíram de 2.533 para 1.074, e o total de hectares, de 39.429 para 13.078. Já as fazendas de soja sofreram uma queda de 398 para 97, e os hectares, de 18.641 para 4.167. Os dados se referem a 13 municípios da região.

“Com o barateamento do milho e da soja, os produtores passaram a investir em culturas mais lucrativas, como a da cana. Só que o preço da cana deve cair no futuro, quando houver sobra no mercado”, prevê Pedro Avelar, diretor técnico do escritório.

O diretor finaliza informando que, desde janeiro deste ano, a soja e o milho têm se valorizado no mercado, e, por isso, o número de propriedades produtoras das culturas na região vem aumentando.

Fonte: Jornal Comércio da Franca. Caderno Local. 11/09/2012